

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO
- FASF**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR

**ANÁLISE FUNDAMENTALISTA PARA VERIFICAÇÃO DE EVOLUÇÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA: estudo de caso em Cooperativas de Crédito.**

LUZ – MG

2019

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO
– FASF

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA PARA VERIFICAÇÃO DE EVOLUÇÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA: estudo de caso em Cooperativas de Crédito.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, do curso de Administração.

Área de Concentração: Finanças

Orientadora: Maria Helena Silva Rabelo

Co-orientador: Wesley Mendes Oliveira

LUZ – MG
2019

Catálogo: Antonio Jorge Resende Junior / Biblio. Crb 6/2041

Santos Junior, Guilherme Pereira dos.

S235a Análise fundamentalista para verificação de evolução econômico-financeira: estudo de caso em Cooperativas de Crédito. / Guilherme Pereira dos Santos Junior. Luz – MG: FASF -- 2019.
97 f.

Orientadora: Prof^a. Ms. Maria Helena Silva Rabelo

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Administração.

1. Indicadores. 2. Cooperativas de Crédito. 3. Análises. I. Título.
CDD 658

GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS JUNOR

**ANÁLISE FUNDAMENTALISTA PARA VERIFICAÇÃO DE EVOLUÇÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA: estudo de caso em Cooperativas de Crédito.**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras do Alto São Francisco, como quesito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Administração, do curso de
Administração.**

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a)

Prof.^a Ms. Maria Helena Silva Rabelo

Prof. Esp. Lindomar Ribeiro dos Santos

Prof.^a Esp. Graziela Renata dos Santos

Luz, 21 de novembro de 2019

*“Que o ontem me sirva de experiência,
o amanhã me sirva de esperança...
Mas o hoje me sirva como o melhor
presente. ”*
(William Shakespeare)

RESUMO

A análise das demonstrações financeiras é uma importante ferramenta para a administração financeira das organizações, onde através de dados coletados nas demonstrações de uma entidade, obtém-se informações relevantes sobre sua situação econômico-financeira. O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise fundamentalista das demonstrações financeiras, no período de 2014 a 2018, a fim de verificar a evolução financeira dos Sistemas Cooperativos de Crédito do SICREDI e do SICOOB diante a transição de governo e recessão econômica do período. A metodologia utilizada para se alcançar os objetivos foi uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, específica a um estudo de caso exploratório e descritivo. Utilizou-se de coleta de dados em documentos institucionais. Após o tratamento e análise dos dados identificou-se que as Cooperativas evoluíram em mais de 100% seu número de ativos, através de captações de recursos financeiros de depósitos e aplicações, e que seus resultados líquidos foram superiores ao faturamento do PIB do mesmo período. Concluiu-se que perante a recessão econômica os tomadores de crédito buscaram alternativas no mercado, onde as Cooperativas de Crédito operam baseadas na satisfação e no desenvolvimento econômico e social de seus associados, onde desta forma as Cooperativas de Crédito evoluíram financeiramente.

PALAVRAS-CHAVES: Indicadores. Cooperativas de Crédito. Análises.

ABSTRACT

The analysis of financial statements is an important tool for the financial management of organizations, where data collected in the statements of an entity provides relevant information about its economic and financial situation. This paper aims to perform a fundamental analysis of the financial statements, from 2014 to 2018, in order to verify the financial evolution of SICREDI and SICOOB Cooperative Credit Systems in view of the transition of government and economic recession of the period. The methodology used to achieve the objectives was a qualitative and quantitative research, specific to an exploratory and descriptive case study. We used data collection in institutional documents. After processing and analyzing the data, it was found that the Cooperatives evolved in more than 100% their number of assets, through funding of deposits and investments, and that their net results were higher than the GDP of the same period. It was concluded that in the face of the economic recession, borrowers sought alternatives in the market, where credit unions operate based on the satisfaction and economic and social development of their members, where credit unions have thus evolved financially.

KEYWORDS: Indicators. Credit Unions. Analyzes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de tratamento de dados.....	44
Figura 2 - Evolução do PIB	63
Figura 3 - Evolução – Cooperativa de Crédito SICREDI	66
Figura 4 - Evolução – Cooperativa de Crédito SICOOB	67

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Balanço Patrimonial Ativo/Passivo	30
QUADRO 2 - Índices de estrutura de capital	33
QUADRO 3 - Índices de liquidez	34
QUADRO 4 - Índices de rentabilidade	35
QUADRO 5 - Diferenças entre bancos e cooperativas de crédito.....	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Bibliometria - Palavra-chave "Análise fundamentalista"	15
TABELA 2 - Análise horizontal – Ativo SICOOB	47
TABELA 3 - Análise horizontal – Passivo SICOOB.	48
TABELA 4 - Análise horizontal – DRE SICOOB	49
TABELA 5 - Análise horizontal - Ativo SICREDI.....	50
TABELA 6 - Análise horizontal - Passivo SICREDI.....	51
TABELA 7 - Análise horizontal - DRE SICREDI.	52
TABELA 8 - Análise vertical - Ativo SICOOB	53
TABELA 9 - Análise vertical – Passivo SICOOB	54
TABELA 10 - Análise vertical - DRE SICOOB	55
TABELA 11 - Análise vertical - Ativo SICREDI	57
TABELA 12 - Análise vertical - Passivo SICREDI	57
TABELA 13 - Análise vertical - DRE SICREDI	58
TABELA 14 - Índices de liquidez SICOOB.....	60
TABELA 15 - Índices de liquidez SICREDI.....	60
TABELA 16 - Índices de estrutura de capital SICOOB	61
TABELA 17 - Índices de estrutura de capital SICREDI	61
TABELA 18 - Índices de rentabilidade SICOOB.....	62
TABELA 19 - Índices de rentabilidade SICREDI.....	62
TABELA 20 - Evolução	65
TABELA 21 - Evolução do PIB	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo do Brasil
CDTVM	Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
CE	Composição de Endividamento
CMN	Conselho Monetário Nacional
Disp.	Disponibilidades
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
FASF	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco
FGCoop	Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação de Capital de Terceiros
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo Não Circulante
RLP	Realizável a Longo Prazo
ROE	<i>Return On Equity</i>
ROI	<i>Return On Investment</i>
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito no Brasil
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	15
1.2 Problema e hipótese.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Administração financeira	18
2.1.1 Análise Fundamentalista.....	19
2.2 Mercado financeiro.....	20
2.2.1 Mercado de capitais.....	21
2.2.2 Mercado monetário	22
2.2.3 Mercado de crédito.....	23
2.2.4 Mercado de câmbio	23
2.2.5 Macroeconomia.....	24
2.2.6 Inflação e juros	25
2.2.7 Produto Interno Bruto (PIB).....	26
2.3 Demonstrações financeiras	26
2.3.1 Balanço Patrimonial.....	27
2.3.2 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.....	31
2.4 Indicadores Econômicos Financeiros.....	31
2.4.1 Análise vertical e análise horizontal.....	32
2.4.2 Índices de estrutura de capital	33
2.4.3 Índices de liquidez	33
2.4.4 Índices de rentabilidade	34
2.5 Cooperativismo	35

2.5.1 Cooperativismo de Crédito	36
2.6 Síntese do Referencial Teórico	38
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 Sob o ponto de vista da abordagem	40
3.2 Quanto aos objetivos	41
3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos	41
3.4 Unidade de análise	42
3.5 Instrumento de coleta de dados.....	42
3.6 Tratamento de dados.....	43
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1 Análises preliminares	46
4.1.1 Análise horizontal.....	47
4.1.2 Análise vertical.....	53
4.2 Índices de liquidez	59
4.3 Índices de estrutura de capital	61
4.4 Índices de rentabilidade	62
4.5 Evolução do PIB	63
4.6 Parecer final.....	64
4.7 Síntese dos resultados e discussão	65
5 CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	76
ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2014/2015 - ATIVO	76
ANEXO B – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2014/2015 – PASSIVO.....	77
ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2014/2015 – PASSIVO	78
ANEXO D – DRE SICOOB 2014/2015.....	79
ANEXO E – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2016/2017- ATIVO.....	80

ANEXO F – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2016/2017- PASSIVO.....	81
ANEXO G – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2016/2017- PASSIVO	82
ANEXO H – DRE SICOOB 2016/2017	83
ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2018 - ATIVO	84
ANEXO J – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2018 – PASSIVO	85
ANEXO K – DRE SICOOB 2018.....	86
ANEXO L – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – ATIVO	87
ANEXO M – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – ATIVO	88
ANEXO N – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – PASSIVO	89
ANEXO O – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – PASSIVO.....	90
ANEXO P – DRE SICRED 2014/2015.....	91
ANEXO Q – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2016/2017 – ATIVO	92
ANEXO R – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2016/2017 – PASSIVO	93
ANEXO S – DRE SICRED 2016/2017	94
ANEXO T – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2018 – ATIVO	95
ANEXO U – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2018 – PASSIVO	96
ANEXO V – DRE SICRED 2018	97

1 INTRODUÇÃO

É premente salientar que as demonstrações contábeis e/ou financeiras são importantes dentro das organizações, para a importância de se conhecer que desde anos antes de Cristo, já se era possível encontrar demonstrações financeiras elaboradas para, a exemplo, pastores controlarem seus rebanhos de ovelhas. Assim, entradas, saídas, ativos e passivos eram nortes básicos para administração das organizações.

Ademais, os tempos mudaram e as demonstrações financeiras continuam sendo uma importante ferramenta dentro da administração das organizações. Por meio delas, o administrador pode analisar minuciosamente os pontos positivos e negativos em relação a questões financeiras e contábeis da organização, além de mapear sua saúde financeira e criar boas estratégias para melhores resultados.

Nesse sentido, indicadores financeiros de estrutura de capital, liquidez e rentabilidade auxiliam o administrador na análise das demonstrações financeiras em que podem ser comparados períodos distintos e até mesmo a comparação de diferentes organizações, fundamentando, assim, trabalho e estudo desse profissional da administração financeira.

Logo, o mercado financeiro tem-se comportado de maneira instável, com constantes mudanças, principalmente durante o último ciclo de governo, em que o mercado sofreu com instabilidade nas taxas econômicas havendo como consequência o desemprego e diminuição de renda. Dessa forma, são importantes a análise e a interpretação das demonstrações financeiras por parte do administrador, para que se norteie a prosperidade econômica e financeira das organizações.

Além disso, a partir da instável situação econômica do Brasil e financeira da sociedade vivida nos últimos oito anos, os sistemas cooperativos de crédito ganharam espaço perante a população, os quais são baseados em transparência e equidade, totalmente voltados para o melhor atendimento e a satisfação de seus associados cooperados.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca analisar a evolução financeira de sistemas econômicos por meio das demonstrações financeiras dos principais sistemas cooperativos de crédito do Brasil: SICOOB e SICREDI. Para isso, utilizando-se dos indicadores financeiros de liquidez, da estrutura patrimonial e da situação econômica atual, tendo como base para verificação, a variação anual do PIB brasileiro dentro do período abordado.

Assim, a base conceitual desta pesquisa tem como suporte os estudos de Hoji (2014) e Bittencourt e Mauch Palmeira (2012) sobre Administração financeira; Santos, Gouveia e Vieira

(2012) sobre Mercado financeiro; Franco (2012) e Justen Filho (2012) sobre Demonstrações financeiras e Assaf Neto (2012), Hoji (2014) e Marion (2015) sobre indicadores financeiros. Logo, este trabalho se caracteriza por pesquisas qualitativa, exploratória e descritiva, além da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso.

1.1 Justificativa

Sabem-se que sistemas cooperativos ganham espaço no mercado de crédito brasileiro com atendimento humanizado, voltado para maior atenção e melhor atendimento de qualidade a seus associados. Logo, o cooperativismo tem por finalidade a parceria mútua a fim de trazer mais benefícios a seus cooperados.

Assim, além de prestar um atendimento mais humano, os sistemas cooperativos de crédito têm sido grandes balizadores de mercado em suas atuações, com tarifas e taxas de juros mais justos e acessíveis a toda a sociedade, sendo esse seu principal ponto forte. Ademais, ressalta-se, ainda, as ações sociais beneficentes e socioambientais sustentáveis, as quais fazem parte de sua cultura.

Nesse sentido, com o intuito de verificar a relevância do tema abordado, foi realizada uma pesquisa bibliométrica sobre a Análise Fundamentalista. Logo, na **Tabela 1** são apresentados os números referentes às dissertações de mestrado e às teses de doutorado em universidades federais no período de 2016 a 2018, com base no tema proposto:

TABELA 1 - Bibliometria - Palavra-chave "Análise fundamentalista"

ANO	2016		2017		2018		Total	
INSTITUIÇÕES	M	D	M	D	M	D	M	D
USP	1	2	2	1	2	1	5	4
UFMG	1	1	1	1	1	-	3	2
UnB	2	1	1	2	2	1	5	4
UFPR	1	-	2	1	2	1	5	2
UFSM	2	-	1	1	1	-	4	1
Total	7	4	7	6	8	3	22	13

Fonte: Capes (2019).

M = Mestrado / D = Doutorado

Sendo assim, o resultado da pesquisa, verificado na tabela acima, mostrou que no período de 2016 a 2018 foram realizados 22 (vinte e dois) estudos em nível de mestrado e 13

(treze) estudos em nível de doutorado nas cinco universidades apresentas. Nesse sentido, a presente pesquisa é relevante para o meio acadêmico, tendo em vista a importância de se realizar estudos relacionados à análise fundamentalista.

Em suma, este trabalho é oportuno a seu pesquisador, pois a partir do conhecimento adquirido e por ser um colaborador cooperado do sistema, o mesmo poderá contribuir por meio das análises para uma compreensão e interpretação do mercado de crédito, a fim propagar os resultados para motivações e estratégias de evolução do sistema.

1.2 Problema e hipótese

Após ser admitido para integrar o corpo de colaboradores de uma Cooperativa de Crédito, o pesquisador se interessou pela atuação de tais sistemas no mercado e suas formas de atuação com reais balizadores de mercados, tarifas e taxas de juros mais justas/acessíveis, além da total transparência e respeito para com a sociedade. Dessa forma, oferecendo-se os mesmos produtos das grandes instituições públicas e privadas, ganhando-se mercado e confiança.

Baseado nesse contexto, o pesquisador buscou identificar as marcas cooperativas de crédito brasileiras e suas forças perante o mercado de crédito, por meio dos portais das instituições financeiras e das notícias de *internet* inter-relacionadas, procurando identificar a grandeza desses sistemas e sua evolução perante mercado e sociedade.

Nessa perspectiva, chega-se à seguinte questão-problema: Como tem sido a evolução financeira dos sistemas cooperativos de crédito SICREDI e SICOOB, perante a última transição de governo nacional entre 2015 e 2018, em que houve instabilidade econômica?

Logo, a hipótese provável para tal questionamento conforme fundamentação da OCB (2019) é que os sistemas cooperativos de crédito têm evoluído gradativamente ao longo dos últimos anos por consequência de melhores prestações de serviços, melhor desenvolvimento financeiro e pela gestão socioeconômica estável e justa praticada capazes de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social e com isso aumentado seus números positivamente, sendo superiores as variações do PIB Brasileiro do mesmo período.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar, com base nas demonstrações financeiras, a evolução dos sistemas cooperativos de crédito – SICREDI e SICOOB – no período de 2014 a 2018, perante transição de governo e recessão econômica.

1.3.2 Objetivos específicos

- Calcular os indicadores financeiros, instrumentos preliminares de análise (análise horizontal e vertical), estrutura de capital, liquidez e rentabilidade dos sistemas SICREDI e SICOOB.
- Fazer uma análise fundamentalista com base nos demonstrativos financeiros dos sistemas, interpretando seus números e seus investimentos ao longo do período, para verificação de evolução.
- Interpretar os resultados obtidos por meio dos indicadores e da análise fundamentalista, a fim de responder à problemática da pesquisa em relação à evolução dos sistemas cooperativos de crédito.

O presente estudo está estruturado em cinco partes: parte 1, Introdução e suas respectivas subseções; parte 2, Referencial Teórico, onde os principais tópicos abordados são: Administração Financeira, Mercado Financeiro, Demonstrações Financeiras, Indicadores Financeiros e Cooperativas sob a ótica de vários autores; parte 3, Metodologia, que descreve os métodos utilizados pelo autor para a realização do estudo; parte 4, Resultados e Discussão, onde apresenta-se os resultados do estudo de forma detalhada; parte 5, Conclusão, onde apresenta-se a síntese final do estudo; seguida das Referências utilizadas no corpo deste trabalho e dos Anexos, que compreendem os acréscimos úteis para o melhor entendimento desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, para melhor compreensão dos temas abordados, será apresentada a Análise Fundamentalista, com base nas demonstrações financeiras, a evolução dos sistemas cooperativos de crédito SICREDI e SICOOB no período de 2014 a 2018, para se verificar a evolução dos sistemas cooperativos de crédito no mercado financeiro brasileiro, abordando-se a administração financeira, o mercado financeiro, as demonstrações financeiras e os demais indicadores econômicos financeiros.

Nesse sentido, o tema se desenvolveu devido à competitividade das instituições no sistema financeiro com o avanço tecnológico, o que promove em grande escala o conhecimento das pessoas de forma rápida, possibilitando comparações. Assim, mediante essa perspectiva, nota-se que é importante o emprego de ferramentas que permitam aos facilitadores a tomada de decisão, acompanhando ao longo de um período a evolução e o comportamento da instituição para que, de forma analítica, percebam o que precisa ser melhorado, modificado ou inovado.

2.1 Administração financeira

Para Hoji (2014, p. 3), “o objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado, pois dessa forma estará sendo aumentado a riqueza de seus proprietários”. Logo, Bittencourt e Mauch Palmeira (2012) afirmam que a administração financeira atua como um conjunto de atividades administrativas que envolvem as bases da administração, planejamento, análise e controle, com o objetivo de maximizar os resultados econômicos e/ou financeiros gerados pelas operações empresariais.

Já Assaf Neto e Lima (2014, p. 11), diz que a administração financeira se constitui em “um campo de estudo teórico e prático que objetiva, essencialmente, assegurar um melhor e mais eficiente processo de captação (financiamento) e alocação (investimento) de recursos de capital”.

Assim, de acordo com Matarazzo (2012), para uma efetiva análise de cálculo, inicialmente analisa-se a situação financeira separadamente da situação econômica, para que se juntem as conclusões dessas duas análises. Nesse sentido, existe uma infinidade de índices desenvolvidos ao longo dos anos, para aprimorar a interpretação da análise de balanços, porém salienta-se que o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa de acordo com o grau de profundidade desejada da análise.

Logo, as razões mais frequentes que levam ao desenvolvimento da análise de uma empresa tendem a ser de caráter econômico e financeiro, pois Matarazzo (2012, p. 39) diz que “os índices permitem construir um quadro de avaliação da empresa. O desenvolvimento institui novas necessidades de controlar ações na área cooperativista como com indicadores gerais”. Em consonância aos autores, conforme Prado (2013, p. 69),

a concorrência é acirrada, e as associações, empresas, organizações e instituições como um todo buscam uma melhor gestão de seus recursos financeiros, para poder oferecer uma melhor possibilidade de qualidade e ampliação dos serviços prestados, bem como desenvolvimento e participação lucrativa no mercado.

Nessa perspectiva, Segundo Schar Dong (2012), a administração no cooperativismo objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração de suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada. Assim, a gestão administrativa dos sistemas de cooperativistas ocorre por pessoas eleitas em assembleias.

Nesse aspecto, compreende-se que uma administração contábil se dispõe de metodologias e soluções que contribuem analiticamente com a gestão. Além disso, as instituições se tornam uma opção atrativa para se lidar com os assuntos relacionados à administração das finanças de empresas e de organizações ou com quem almeja essas ofertas bancárias com o benefício de se alcançar uma mínima alíquota de juros e serem, ao mesmo tempo, proprietários e usufrutuários.

2.1.1 Análise Fundamentalista

Assaf Neto (2012, p. 81) descreve alguns índices específicos para a análise fundamentalista. Logo, ele diz que “é importante entender os indicadores de avaliação como medidas que embutem uma tendência de desempenho, indicando os potenciais pontos fortes e fracos da instituição, e despertando a atenção do analista para os aspectos que demandam maior avaliação”.

Nessa ótica o autor assevera, também, que “a premissa básica da avaliação é obter um valor justo, o valor que reflete o retorno esperado baseado em projeções de desempenho futuro coerentes com a realidade do negócio em avaliação” (ASSAF NETO, 2012, p. 179). Nesse aspecto, a avaliação é feita com base em projeções e está sujeita a erros e incertezas devido à análise das variáveis do ambiente externo não ser controlável pela empresa avaliada. Com isso,

o resultado de uma avaliação não é uma estimativa exata do valor da empresa e está sujeito à opinião dos analistas que assumem diversas posições em relação ao resultado.

Ademais, de acordo com Mellagi Filho e Ishikawa (2013), essa análise consiste no processamento de informações econômicas e políticas, além de variáveis que possam determinar o valor futuro de um ativo. Sendo assim, o estudo deve se resultar em uma estimativa numérica do valor do título ou em modificação desse valor em uma taxa de retorno esperada, pois, conforme Elder (2012, p. 39):

Para a avaliação de empresas o mercado financeiro disponibiliza milhares de informações através de demonstrações, índices, relatórios, gráficos etc. Diante dessa dimensão de dados, a análise fundamentalista se torna um trabalho árduo devido à mudança dos ciclos econômicos. Desse modo, para viabilizar a conciliação das informações, há a necessidade de diferentes focos de análise decorrentes da mudança da economia: quando está em expansão, o foco deve estar nas taxas de crescimento. Entretanto, em épocas de recessão, o foco se desloca para a segurança dos dividendos. Os fatores fundamentais são muito importantes para os operadores a longo prazo, que querem embarcar nas grandes tendências para vários meses ou anos. Se os fundamentos forem de alta, devemos favorecer o lado comprado do mercado ou, se de baixa, o lado vendido (a descoberto). A análise fundamentalista é menos relevante para os operadores de curto prazo ou para os day-traders.

Nesse viés, a análise fundamentalista aborda a eficiência do mercado ou mesmo a origem do movimento dos preços, sendo que o valor equitativo é apurado pela capacidade de a empresa gerar lucros. Então, trata-se de uma análise muito utilizada por investidores e bancos, para buscar uma redução de riscos quanto ao retorno de seus investimentos em ativos.

Portanto, é relevante, também, discutir temas abrangentes ao mercado financeiro que são influenciadores diretos na economia e na administração organizacional das empresas, tais como: o mercado de capitais, o mercado monetário e o mercado de crédito.

2.2 Mercado financeiro

Santos, Gouveia e Vieira (2012, p. 71) consideram que “o mercado financeiro no Brasil é composto pelo mercado de títulos e valores mobiliários emitidos pelas empresas e regulado por bancos de investimentos e bancos de desenvolvimento”. Sendo assim, Pinheiro (2014, p. 87) postula que

o surgimento do mercado financeiro ocorreu quando o mercado de crédito deixou de atender as necessidades da atividade produtiva, no sentido de garantir o fluxo de recursos nas condições adequadas em termos de prazos, custos e exigibilidades. Desse modo, o seu surgimento foi fundamentado em dois princípios: contribuir para o desenvolvimento econômico atuando como o propulsor de capitais para os

investimentos, estimulando a formação da poupança privada; e permitir e orientar a estruturação de uma sociedade pluralista baseada na economia de mercado, permitindo a participação coletiva de forma ampla na riqueza e nos resultados da economia.

Além disso, os bancos múltiplos devem ser constituídos com no mínimo duas carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento, além de ser organizados sob a forma de sociedade anônima, movimentando-se o mercado de capitais. Assim, para Melo Sobrinho, Gouveia e Vieira (2012, p. 54), “os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras”.

Logo, a interligação existente entre o mercado de capitais com o mercado do sistema financeiro é elevada, seja internamente no Brasil, seja nos sistemas financeiros de outros países.

2.2.1 Mercado de capitais

Conforme Pinheiro (2014, p. 131),

o mercado de capitais é basicamente um sinônimo de mercado acionário, e sua análise foi voltada para o estudo de sua composição, dos entraves ao seu desenvolvimento, de sua importância para o crescimento do país, das empresas e do patrimônio da pessoa física.

Em mesma perspectiva, para Reis e Triches (2012, p. 54),

a interligação existente entre capitais com os demais mercados do sistema financeiro é elevada, seja internamente no Brasil ou com os sistemas financeiros de outros países. O capital se move rapidamente entre diversas nações, ampliando o volume, liquidez e diversificação dos investimentos.

Sendo assim, o Capital Social de acordo com Santos, Gouveia e Vieira (2012) é a soma de todas as quotas-partes dos associados da cooperativa que são uma quantia em dinheiro que os associados depositam no momento em que entram na Cooperativa. Além disso, esse dinheiro contribui para o suporte das atividades financeiras da instituição. Dessa maneira, para funcionarem, as cooperativas precisam de recursos, pois necessitam de capacidade própria de capitalização e o incremento do capital ocorre pela adesão de novos associados.

2.2.2 Mercado monetário

Gitman (2012, p. 56) afirma que “o mercado monetário é onde se concentram as operações para o controle de oferta de moeda e das taxas de juros de curto prazo, isto com a intenção de garantir o giro monetário (liquidez) da economia”. Dessa maneira, para Abreu (2012), o mercado monetário envolve operações a curto prazo e movimenta recursos a curto prazo. Embora ele tenha muitas instituições em comum, influencia a economia diariamente e acaba afetando o mercado de capitais a longo prazo.

Nesse ponto de vista, “o mercado monetário é, portanto, um ramo dentro do mercado financeiro onde se negociam ativos financeiros. Em curto prazo, a sua finalidade é dar aos agentes econômicos a possibilidade de transformar a sua riqueza em títulos ou valores com alto grau de liquidez” (SOTOMAYER; MARQUES 2015, p. 32).

Para Assaf Neto (2013, p. 107), “o mercado monetário encontra-se estruturado visando o controle da liquidez monetária da economia”. Assim, os papéis que lastreiam as operações do mercado monetário se caracterizam pelos reduzidos prazos de resgate e alta liquidez.

Nesse sentido, segundo Costa (2012), o mercado de crédito é um mercado extenso e diversificado e, apesar de ser composto por elementos complexos, oferece um menor risco de investimento quando comparado a ativos financeiros. Então, percebe-se esse mercado como possível “termômetro” do mercado financeiro, sendo notado como segurança para os investidores por possuir uma estrutura e órgãos reguladores fortes.

Segundo Maso (2014) o Conselho Monetário Nacional (CMN), que foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN (Sistema Financeiro Nacional). Com isso, integram-se ao CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil.

Diante do exposto, para Maso (2014), dentre as funções do CMN, estão:

- Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia;
- Regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos, orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; e
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras, coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

Assim sendo, ainda enfatiza Maso (2014) que o Banco Central do Brasil (BACEN) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que também foi criada pela Lei 4.595, de 31

de dezembro de 1964. Portanto, é o 17º principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos: (i) zelar pela adequada liquidez da economia; (ii) manter as reservas internacionais em nível adequado; (iii) estimular a formação de poupança; (iv) zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro.

2.2.3 Mercado de crédito

Assaf Neto (2013, p. 118) diz que “o mercado de crédito tem por objetivo fundamental suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazos dos vários agentes econômicos, podendo ser por meio de empréstimos às pessoas físicas ou por empréstimos e financiamentos às empresas”. Nesse sentido, Hoji (2014, p. 31) evidencia que

é no mercado de crédito que as pessoas físicas e jurídicas suprem as necessidades de caixa de curto e médio prazos. Geralmente, é nesse mercado que os tomadores de recursos relacionam-se com os intermediários financeiros (bancos comerciais e múltiplos, bancos de investimento e sociedades de crédito, financiamento e investimento), que lhes concedem créditos para suprir as necessidades de capital de giro e as necessidades de financiamento de bens e serviços.

Nessa perspectiva, as operações desse mercado são, normalmente, realizadas por instituições financeiras bancárias, mais especificamente bancos comerciais e múltiplos. Os bancos têm por objetivo principal reforçar o volume de captação de recursos, embora suas atividades tenham evoluído para um processo de diversificação de produtos financeiros, também na área de serviços prestados (FORTUNA, 2013).

Quanto a isso, Oliveira (2012) relata que as operações de financiamento de bens de consumo duráveis, praticadas pelas sociedades financeiras, muitas vezes, também são incluídas no campo do mercado de crédito. Sendo assim, buscando-se retratar as demonstrações financeiras e a importância de suas interpretações, torna-se ímpar discutir acerca da análise econômico-financeira dentro das organizações.

2.2.4 Mercado de câmbio

Conforme Assaf Neto (2012, p. 62), “o mercado de câmbio é o ambiente no qual acontecem as transações de compra e venda de moedas estrangeiras, utilizando como parâmetro

de conversão a moeda nacional. A principal moeda estrangeira envolvida é o dólar, (*sic*) e suas duas formas mais comuns de transação (Dólar comercial e Dólar Turismo)”.

Ademais, nesse prisma, para Securato e Securato (2012, p. 191), existem níveis integrados no mercado de câmbio. São eles:

- Transações entre bancos comerciais e seus clientes: demandam e ofertam moedas estrangeiras;
- Mercado interbancário local e operado pelos corretores: os principais bancos que negociam moedas estrangeiras geralmente não se relacionam diretamente entre si, mas empregam corretores de câmbio;
- Negociações ativas de câmbio que envolvem bancos estrangeiros: entre bancos negociadores e suas filiais no exterior ou correspondentes estrangeiros.

Neste contexto, Assaf Neto (2012, p. 65) também destaca que, “a condução da política cambial afeta diretamente a vida do cidadão, mesmo que não tenha transações com exterior, pois, a taxa de câmbio reflete nos preços dos produtos que o país importa e exporta, influenciando assim os demais preços da economia”. Sob esse ponto de vista, Crespo (2014) afirma que o *ranking* de operações de câmbio destaca a Cotação Distribuidora como a maior distribuidora de câmbio do país. Sendo assim, é a primeira empresa do setor, presente no mercado de câmbio desde 1968, a receber o Certificado Internacional de Qualidade (ISO¹) e disponibilizar serviços exclusivos aos seus clientes.

Para concluir, Crespo (2014, p. 86) enfatiza ainda que

nas demonstrações financeiras disponíveis para consulta, a Cotação Distribuidora de títulos e valores mobiliários s/a (CDTVM), disponibiliza suas tabelas que apresentam a quantidade e volume de eventos de contratação de operações de câmbio, mensal e total, no último ano, descritas conforme a forma de entrega da moeda estrangeira bem como do uso de máquinas dispensadoras de cédulas.

2.2.5 Macroeconomia

Segundo Barbosa (2017, p. 1), “macroeconomia é a aplicação da teoria econômica ao estudo do crescimento econômico, do ciclo e da determinação do nível de preços da economia”. Além disso, é necessário um sistema que funcione bem para se coordenarem as atividades produtivas que criam os bens e serviços desejados e fazem chegar às pessoas que os querem. Sendo assim Barbosa (2017) compõe a macroeconomia em cinco mercados, são eles:

¹ *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização): objetiva promover o desenvolvimento de normas, testes e certificações para controle de qualidade.

- Mercado de Bens e Serviços: determina o nível de produção agregada bem como o nível de preços;
- Mercado de Trabalho: admite a existência de um tipo de mão-de-obra independente de características, determinando a taxa de salários e o nível de emprego;
- Mercado Monetário: analisa a demanda da moeda e a oferta da mesma pelo Banco Central que determina a taxa de juros;
- Mercado de Títulos: analisa os agentes econômicos superavitários e deficitários;
- Mercado de Divisas: depende das exportações e de entradas de capitais financeiros determinada pelo volume de importações e saída de capital financeiro;

Assim, esse é o tipo de sistema que se tem em mente quando se trata de economia por que a análise econômica é a ciência social que estuda a produção, a distribuição e o consumo dos bens e serviços (KRUGMAN; WELLS, 2015).

Ainda, em suma, Barbosa (2017, p. 1), assevera que “em qualquer economia de mercado existem períodos de expansão e contração da atividade econômica, o crescimento econômico consiste no aumento persistente, suave e sustentado da renda per capita”.

2.2.6 Inflação e juros

Hoji (2014, p. 49) define inflação como “o aumento generalizado de preços, que provoca a redução do poder aquisitivo da moeda, isto é, com a mesma quantidade de unidade monetária, passa-se a comprar menos quantidade de produtos e serviços”. Nessa perspectiva, Albergoni (2015) define a inflação em quatro tipos, são eles:

- Inflação de demanda: o aumento da demanda pode originar-se do crescimento de renda ou aumento do crédito, ocasionando um aumento imediato nos preços;
- Inflação de custos: pode ser causada por uma redução da oferta, um bom exemplo da inflação de custos pode ser a queda da produção agrícola que tem impacto direto nos preços dos alimentos gerando assim um aumento dos custos;
- Excesso de moeda: baseada na teoria quantitativa da moeda, ou seja, num aumento considerável da moeda em circulação, irá ocasionar no aumento dos preços dos produtos;
- Inflação de inércia: pode ser observada nos reajustes salariais que desenvolvem um ciclo de inflação entre os aumentos de salários e, assim, o aumento dos custos dos produtos para não se reduzirem os lucros das indústrias.

Ainda de acordo com Albergoni (2015), os juros são basicamente o preço do produto definindo a demanda e a oferta. Logo, esses juros são determinantes na economia como instrumentos de política monetária, visando controlar os meios de pagamento, estimulando-se o crescimento econômico ou ainda se controlando a inflação.

Nesse viés, portanto,

o governo utiliza a taxa de juro como instrumento de política econômica e monetária para controlar o nível de propensão ao consumo e incentivar a poupança. O juro pode ser entendido como remuneração do capital. A taxa de juro é determinada no mercado financeiro, basicamente, em fundos da oferta e procura de recursos financeiros. (HOJI, 2014, p. 56).

2.2.7 Produto Interno Bruto (PIB)

Para IBGE (2019), “o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, Estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas”. Nessa ótica,

o PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor, dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados. (IBGE, 2019).

Sendo assim, o PIB é um indicador de bens e serviços finais, produzidos dentro de um período normalmente anual. Ademais, trata-se de um indicador que ajuda a se compreender a economia de um país, sendo um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região, mas não se expressa diretamente alguns importantes fatores, como: distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde (IBGE, 2019).

Logo, é relevante discutir também, para análise e interpretação de fluxos das organizações, as demonstrações financeiras exemplificadas por meio do BP e da DRE e dos instrumentos básicos.

2.3 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras podem ser definidas como um tipo de representação parcial ou global de diversos componentes patrimoniais ou de variações do patrimônio,

extraídas de livros ou de registros contábeis. Assim, o registro dos fatos contábeis, realizado de forma analítica e em ordem cronológica, não é suficiente para se atingir a finalidade informativa a que se destina a Contabilidade, dada a heterogeneidade dos fenômenos patrimoniais (FRANCO, 2012).

Dessa forma, ocorre o uso pela Contabilidade de uma metodologia expositiva que abrange a elaboração das chamadas demonstrações contábeis em que é feita a demonstração expositiva dos componentes patrimoniais e de suas variações (FRANCO, 2012).

Nesse pensamento, para Weil, Cshipper e Francis (2015), a contabilidade é um sistema de contas onde se registram transações, e o nome de cada uma dessas contas descreve sua natureza e seus respectivos itens. Portanto, seu montante é descrito em cada uma das linhas de um balanço patrimonial ou de sua demonstração de resultado.

Nesse sentido, Marion (2012, p. 24) postula que “a Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisões”. Assim, Marion (2015) descreve a contabilidade, também, como instrumento em que se fornecem informações para a tomada de decisões tanto dentro como fora das empresas. Dessa forma, ressaltando que a contabilidade não deve basicamente visar exigências governamentais, ela é extremamente importante nas empresas para o auxílio na tomada de decisões.

Em suma,

a Contabilidade surgiu basicamente da necessidade de donos de patrimônio que desejavam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas. Daí poder-se afirmar que a Contabilidade surgiu em função de um usuário específico, o homem proprietário de patrimônio, que, de posse das informações contábeis, passa a conhecer melhor sua “saúde” econômico-financeira, tendo dados para propiciar tomada de decisões mais adequadas (MARION, 2012, p. 26).

2.3.1 Balanço Patrimonial

Segundo Assaf Neto (2012, p. 22), “a análise de balanço é um método complexo de análise, na qual diversos aspectos são analisados por diferentes métodos e indicadores, ou seja, a conclusão proveniente da análise de balanço se dará através da combinação dos resultados dos indicadores escolhidos”. Desse modo, o Balanço Patrimonial reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento que serve como elemento indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa (ASSAF NETO, 2012).

Para tanto, Melo Sobrinho, Gouveia e Vieira (2012, p. 94) afirmam que “o Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar de forma ordenada a posição financeira e

patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática, ou seja, é como se fosse uma foto dos bens direitos e obrigações da empresa em determinada data”.

Além disso, Assaf Neto (2012, p. 33), ainda complementa que as “instituições financeiras, como de outros segmentos, refletem a posição dos ativos, passivos e patrimônio líquido em determinado momento do ano”. Logo, o autor conclui que “os recursos captados pelas instituições financeiras representam suas fontes, são originados dos depósitos, empréstimos recebidos e de seus recursos próprios, como o capital e reservas” (2012, p. 37).

Nessa perspectiva, para Santos, Gouveia e Vieira (2013, p. 65), “uma característica dessa sociedade é o capital variável, devido à função de livre adesão de associados”. Ou seja,

os recursos captados pelas instituições financeiras são aplicados em seus ativos, destacando-se as disponibilidades, as carteiras de títulos e valores mobiliários, os empréstimos concedidos e imobilizações (ASSAF NETO, 2012, p. 38).

Nesse sentido, Marion (2015), diz que todos os recursos que entram em uma determinada empresa passam pelo passivo e pelo patrimônio líquido. Assim sendo, os recursos financeiros ou materiais são originados dos proprietários (Patrimônio Líquido - PL), dos fornecedores, governo, dos bancos, das financeiras, etc. que representam as origens de recursos.

Logo, para Justen Filho (2012, p.17) a demonstração contábil destaca o Balanço Patrimonial, na seguinte estrutura:

- O Ativo como um recurso controlado pela entidade do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade, em que são apresentadas em primeiro lugar as contas mais rapidamente conversíveis em disponibilidades (dinheiro):
 - Caixa;
 - Bancos;
 - Duplicatas a receber;
 - Estoques;
 - Depósitos judiciais;
 - Investimento em outras empresas;
 - Veículos;
 - Marcas e patentes.
- O Passivo são as obrigações da entidade, em cuja liquidação se espera uma saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. Nele também se classificam em primeiro lugar as contas cuja exigibilidade ocorre antes (ou seja, aquelas que vencem primeiro):
 - Duplicatas a pagar;

- Impostos a pagar;
- Salários a pagar;
- Financiamentos a pagar;
- Provisões para férias, 13º salário e encargos.

Ainda, segundo Justen Filho (2012):

- Patrimônio Líquido: o valor residual dos ativos (bens e direitos) da entidade depois de deduzidos os passivos (obrigações da entidade para com terceiros), representa a riqueza líquida da entidade e corresponde ao valor que seria devido aos sócios/acionistas indicando a posição da entidade frente a suas atividades. so a entidade fosse liquidada.
- Capital Social: registra os montantes subscrito no contrato social ou no estatuto social, devendo ser deduzidos das parcelas ainda não integralizadas.
- Reservas de Capital: registra a contribuição do subscritor que ultrapassar o valor nominal da ação destinado a formar o capital social.
- Ajuste de Avaliação Patrimonial: saldo de reservas de reavaliação constituídas até a vigência da lei 11.638/07.
- Reservas de Lucros: registra a apropriação de lucros da empresa que não foram distribuídos aos sócios e acionistas e seu valor não poderá ultrapassar o valor do capital social.
- Ações em Tesouraria: registra a compra de ações da própria empresa e devem ser destacadas como dedução da conta do patrimônio líquido.
- Lucros ou Prejuízos Acumulados: registra os lucros não distribuídos e/ou destinados para reservas, bem como registra os prejuízos da empresa. Para as empresas sociedades por ações, o lucro deverá obrigatoriamente ser destinado para as contas de reservas e/ou ser distribuído.
- Ativo Circulante: bens e direitos realizados ou utilizados dentro do ciclo operacional ou no período de 12 meses da data do balanço, o que for maior.
- Ativo Não Circulante: bens e direitos realizados ou utilizados a longo prazo, após o ciclo operacional ou após 12 meses da data do balanço, o que for maior.
- Passivo Circulante: constituído por obrigações da entidade com vencimento dentro do prazo de 12 meses contados da data do balanço ou dentro do ciclo operacional, o que for maior.
- Passivo Não Circulante é constituído por obrigações da entidade com vencimento após o prazo de 12 meses contados da data do balanço ou após o ciclo operacional, o que for maior.

Ademais, conforme Justen Filho (2012), as demonstrações contábeis apresentam estrutura básica conforme o **Quadro 1** a seguir:

QUADRO 1 - Balanço Patrimonial Ativo/Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE <i>Disponibilidades</i> <i>Aplicações interfinanceiras de liquidez</i> Aplicações no mercado aberto Aplicações e depósitos interfinanceiros <i>Títulos e valores mobiliários</i> Carteira própria Títulos vinculados a recompra Instrumentos financeiros derivativos vinculados ao Banco Central <i>Relações interfinanceiras</i> Pagamentos e recebimentos a liquidar Repasse interfinanceiros Correspondentes <i>Relações interdependência</i> Recursos em transito de terceiros Transferências internas de recursos <i>Operações de credito</i> Operações de credito Provisão credito liquidação duvidosa <i>Operações de arrendamento mercantil</i> Arrendamento a receber Provisão credito liquidação duvidosa <i>Outros créditos</i> Avais e fianças honrados Carteira de cambio Negociação e intermediação de valores <i>Outros valores e bens</i> Provisão para desvalorização	PASSIVO CIRCULANTE <i>Depósitos</i> Depósitos a vista Depósitos de poupança Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo Outros depósitos <i>Captações no mercado aberto</i> Carteira própria Carteira de terceiros Carteira de livre movimentação <i>Recursos de aceites e emissão de títulos</i> Recursos de aceites cambiais Recursos de letras hipotecarias, imobiliárias, de credito, etc. <i>Relações interfinanceiras</i> Correspondentes <i>Relações interdependências</i> Recursos em transito de terceiros <i>Obrigações por empréstimos</i> Empréstimos no pais Empréstimos no exterior <i>Obrigações por repasses</i> <i>Instrumentos financeiros derivativos</i> <i>Outras obrigações</i> Cobrança e arrecadação de tributos Carteira de cambio Obrigações fiscais e previdenciárias Outras
ATIVO NÃO CIRCULANTE <i>Realizável a longo prazo</i> <i>Investimentos</i> Imobilizado Intangível	PASSIVO NÃO CIRCULANTE <i>Exigível a longo prazo</i> <i>Patrimônio liquido</i> <i>Capital social</i> Reservas de lucros Sobras ou perdas acumuladas

Fonte: Adaptado de Justen Filho (2012).

Dessa forma, Justen Filho (2012) define o Balanço Patrimonial em: ativos circulantes e realizável a longo prazo, bem como os investimentos imobilizados e intangíveis como partes de direitos e bens das organizações; deveres e obrigações representados pelo passivo circulante

e exigível a longo prazo; e as partes que cabem aos acionistas e sócios como o PL, o capital social e as reservas de lucros.

2.3.2 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

Para Padoveze (2012, p. 89), “a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), é a segunda mais importante demonstração, ela evidencia lucros ou prejuízos acumulados durante determinado período”. Nesse sentido, constata-se que

a Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa, retrata apenas o fluxo econômico e não o financeiro (fluxo de dinheiro), e não importa (em princípio) se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido (SANTOS, GOUVEIA E VIEIRA, 2012, p. 34).

Nessa ótica, a DRE é uma demonstração contábil que apresenta o fluxo de receitas e despesas que resulta em aumento ou redução do PL entre duas datas. Além disso, ela deve ser apresentada de forma dedutiva, ou seja, inicia-se com a receita bruta operacional e dela deduz-se custos e despesas para se apurar o lucro líquido (HOJI, 2014, p. 255).

Além disso, conforme Iudícibus (2012, p. 44), a “Demonstração do Resultado do Exercício é o relatório que traz o resumo parametrizado das receitas e despesas de uma empresa em determinado período, é apresentado de uma forma em que as receitas subtraem as despesas gerando um lucro ou prejuízo”. Isto é, essa demonstração do resultado do exercício é o método de comparação para os resultados previstos no orçamento anual da empresa, diante do realizado no período (mês corrente), também uma ferramenta para demonstrar evolução positiva ou negativa do período (PEREIRA, 2015).

2.4 Indicadores Econômicos Financeiros

De acordo com Assaf Neto (2012), para uma efetiva análise de balanço, inicialmente se analisa a situação financeira separadamente da situação econômica, para juntarem-se as conclusões dessas análises. Ademais, existe uma infinidade de índices desenvolvidos ao longo dos anos para aprimorar a interpretação da análise de balanços, porém salienta-se que o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, de acordo com o grau de profundidade desejada da análise.

Nesse viés, para Matarazzo (2012, p. 34), “as razões mais frequentes que levam ao desenvolvimento da análise de uma empresa tendem a ser de caráter econômico e financeiro, diz que os índices permitem construir um quadro de avaliação da empresa”. Portanto, em consonância, tem-se os indicadores como “ferramentas que auxiliam na análise dos fatos ocorridos e resultados da empresa em determinado período com o objetivo de disponibilizar informações e facilitar a comparação da situação da empresa em períodos diferentes, bem como com indicadores gerais” (MENEGÁRIO, 2012, p. 96).

2.4.1 Análise vertical e análise horizontal

Para Franco (2012, p. 93) “analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes”. Nesse sentido, “o primeiro propósito da análise vertical é mostrar a participação relativa de cada item de uma demonstração financeira em relação a determinado referencial. ” (SILVA, 2012, p. 63).

Além disso, Iudícibus (2012, p. 21) afirma que “a análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo”. Sendo assim, a análise vertical objetiva basicamente o estudo da tendência da empresa, complementando as análises horizontais, permitindo-se conhecer a estrutura econômica e financeira da empresa, ou seja, a participação relativa a cada elemento patrimonial e de resultados (ASSAF NETO, 2012).

Logo, conforme Hoji (2014, p. 284) “outras constatações podem ser extraídas, mas a utilidade aumenta sensivelmente se a análise vertical for utilizada conjuntamente com a análise horizontal ”.

Ainda, Iudícibus (2012, p. 83) afirma que “a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos balanços e das demonstrações de resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”. Ademais, Assaf Neto (2012, p. 68) descreve que “a análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números-índices...”. Logo, a análise horizontal identifica, ao longo de um determinado período de tempo, a evolução dos diversos elementos patrimoniais ou de resultado, verificando se houve ou não crescimento do item analisado.

2.4.2 Índices de estrutura de capital

Segundo Hoji (2014), os índices de estrutura de capital são utilizados para analisar o grau de dependência da empresa com relação ao capital de terceiros. Desse modo, os principais são: participação de capitais de terceiros sobre recursos totais e composição do endividamento. A exemplo, veja no **Quadro 2**:

QUADRO 2 - Índices de estrutura de capital

Estrutura de Capital			
Índices	Fórmulas	Indica	Interpretação
Participação de capitais de terceiros sobre recursos totais (PCT)	$\frac{PC + PNC}{PC + PNC + PL}$	Indica qual a participação do capital de terceiros para cada R\$ 1 de recursos totais.	Quanto menor, melhor.
Composição do endividamento (CE)	$\frac{PC}{PC + PNC}$	Indica quanto da dívida total vence no curto prazo.	Quanto menor, melhor.
Legenda: PC - Passivo circulante / PNC - Passivo não circulante / PL - Patrimônio Líquido.			

Fonte: Adaptado de Hoji (2014).

Neste aspecto os índices de estrutura de capital avaliam a segurança que uma empresa oferece aos capitais alheios e revelam sua política de obtenção de recursos e de alocação dos mesmos nos diversos itens do ativo (MARION, 2012).

Ademais, nota-se que “a estrutura patrimonial pode ser representada com o lado Ativo e com o lado Passivo, com os bens e direitos disponíveis para operacionalizar. Os elementos positivos são contabilmente chamados de ativo, e as obrigações são contabilmente chamadas de elementos negativos de passivo, equilibrando a estrutura patrimonial” (PADOVEZE, 2012, p. 98).

2.4.3 Índices de liquidez

Os índices de liquidez refletem a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa, no curto, médio e longo prazo. Dessa maneira, os principais indicadores de liquidez, conforme Hoji (2014), são: índice de liquidez geral, índice de liquidez corrente e índice de liquidez imediata. A exemplo, veja o **Quadro 3**:

QUADRO 3 - Índices de liquidez

Liquidez			
Índices	Fórmulas	Indica	Interpretação
Liquidez Geral (LG)	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	Indica quanto de bens e direitos a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no longo prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente (LC)	$\frac{AC}{PC}$	Indica quanto de ativo circulante a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Imediata (LI)	$\frac{Disp.}{PC}$	Indica quanto de recursos imediatamente disponíveis a empresa possui para liquidar cada R\$ 1 de dívida no curto prazo.	Quanto maior, melhor.
Legenda: PC - Passivo circulante / PNC - Passivo não circulante / PL - Patrimônio líquido / RLP - Ativo realizável a longo prazo / AC - Ativo circulante / Disp. - Disponibilidades.			

Fonte: Adaptado de Hoji (2014).

Iudícibus (2012, p. 104) relata que “a liquidez dos bancos reflete a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda a demanda por recursos de caixa”. Portanto,

na avaliação de liquidez imediata são geralmente incluídas as disponibilidades do banco e suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento. Sendo o índice maior que 1,0 (um), representa que, a instituição mantém recursos disponíveis para cobrir integralmente os depósitos à vista e parte dos depósitos a prazo. (ASSAF NETO, 2012, p. 59).

Nesse aspecto, em linhas gerais, Assaf Neto (2012), ainda postula que as instituições financeiras se apresentam como entidades portadoras de grande potencial de assumir uma posição de iliquidez, isso porque alguns ativos se transformam rapidamente em caixa a baixo custo, enquanto outros têm maior maturidade, sendo onerosa sua liquidez imediata.

Logo, percebe-se que “os depósitos à vista também vem reduzindo o índice, devido a algumas alternativas oferecidas de aplicações financeiras com liquidez de curto prazo e esse índice revela o percentual que se encontra aplicado nas operações de crédito” (MASO, 2014, p. 20).

2.4.4 Índices de rentabilidade

Conforme Marion (2012) a situação econômica de uma empresa é fundamentalmente apresentada na DRE e, a partir dessa demonstração, é possível calcular os índices de rentabilidade com objetivo de avaliar seu desempenho final, sendo a rentabilidade o reflexo das políticas e das decisões adotadas pelos seus administradores, expressando categoricamente o nível de eficiência e o grau de êxito econômico-financeiro atingido.

Sendo assim, esses índices de rentabilidade refletem o quanto a organização está obtendo de resultado em relação aos seus investimentos. Assim, Hoji (2014) destaca como principais índices o *Return On Investment* (ROI²) ou Retorno Sobre o Investimento e o *Return On Equity* (ROE³) ou Retorno Sobre o Capital Investido. A exemplo, veja no **Quadro 4**:

QUADRO 4 - Índices de rentabilidade

Rentabilidade			
Índices	Fórmulas	Indica	Interpretação
Retorno Sobre o Investimento (ROI)	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total}}$	Indica o quanto a empresa obtém de resultado em relação a seus investimentos totais.	Quanto maior, melhor.
Retorno Sobre o Capital Investido (ROE)	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{PL}}$	Indica a remuneração do capital próprio investido na empresa.	Quanto maior, melhor.
Legenda: PL – Patrimônio líquido			

Fonte: Adaptado de Marion (2012).

Nesse sentido, na análise econômico-financeira, a atenção deve ser voltada para a rentabilidade da empresa, para o seu potencial de vendas, para a sua habilidade de gerar resultados e para a evolução das suas despesas e dos demais fatores econômicos inerentes ao negócio de sua atuação (MARION, 2012).

Logo, também é importante abranger o segmento cooperativo, discutindo-se a sua origem, os seus princípios e as suas diferenciações frente às demais organizações.

2.5 Cooperativismo

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2019), no século XVIII iniciou-se a Revolução Industrial na Inglaterra onde a mão de obra perdeu grande poder de troca, acompanhada de baixos salários e longa jornada de trabalho que trouxeram muitas dificuldades socioeconômicas à população. Nesse sentido, as lideranças que surgiram na classe operária, com base em experiências passadas, buscaram outras formas de trabalho e concluíram

² *Return On Investment* (Retorno Sobre o Investimento): Indica o quanto a empresa obtém de resultado em relação a seus investimentos totais.

³ *Return On Equity* (Retorno Sobre o Capital Investido): Indica a remuneração do capital próprio investido na empresa.

que, com a organização chamada cooperativa, era possível enfrentar e superar as dificuldades desde que fossem respeitados os valores do ser humano e praticadas regras, normas e princípios próprios (OCB, 2019).

Nessa perspectiva, operários em sua maioria tecelões, reuniram-se para estabelecerem normas e metas para a organização de uma cooperativa. Após um ano de trabalho, conseguiram acumular um capital e abriram um pequeno armazém cooperativo aos 21/12/1844, no bairro de Rochdale – Manchester, Inglaterra, onde criaram a Sociedade dos Probos de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo (OCB, 2019).

Logo, à época em que se fundou a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1844, foram aprovados sete princípios do cooperativismo, pelos quais as cooperativas levam os seus valores às práticas. Conforme OCB (2019), são eles:

- 1º - Adesão voluntária e livre;
- 2º - Gestão democrática;
- 3º - Participação econômica dos membros;
- 4º - Autonomia e independência;
- 5º - Educação, formação e informação;
- 6º - Intercooperação; e
- 7º - Interesse pela comunidade.

Dessa forma, a gestão das cooperativas está baseada no princípio da autogestão, no qual os sócios reunidos em Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, definem pelo voto os objetivos e o funcionamento do negócio (OCB, 2019).

Nessa perspectiva, pautado na reunião de pessoas e não no capital, compreende-se que o cooperativismo é um sistema que visa as necessidades do grupo e não o lucro. Ademais, busca prosperidade do conjunto e não individualidade. Dessa forma, características fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva o trabalhador ao sucesso com estabilidade e justiça entre os participantes.

2.5.1 Cooperativismo de Crédito

De acordo com a OCB (2019), as cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas por uma associação de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços financeiros aos seus associados, de modo mais simples e vantajoso, possibilitando o acesso ao crédito e outros

produtos financeiros (aplicações, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, previdência privada, seguros, etc.).

No cooperativismo de crédito não existem acionistas ou clientes. Todos os correntistas são donos do negócio e, ao invés de acumular lucro para um pequeno grupo de pessoas, as cooperativas trabalham em prol de todo o grupo de associados. Desta forma, estimulam o empreendedorismo, e ensinam o associado a investir e a poupar de forma consciente (OCB, 2019).

Desta forma as Cooperativas de Crédito atuam no setor primário da economia ou entre funcionários de determinada empresa. Contribuem na facilidade para aprimoramento do mercado rural e oferecem possibilidades de crédito mais atrativas (ARAI, 2015. p, 57).

Assim, conforme o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop (2019), as cooperativas de crédito funcionam de forma semelhante aos bancos, possuindo essencialmente os mesmos serviços, mas há características peculiares que sustentam diferenciais importantes, presentes no **Quadro 5**:

QUADRO 5 - Diferenças entre bancos e cooperativas de crédito

BANCOS	COOPERATIVAS DE CRÉDITO
A propriedade é privada e visa-se a maximizar o lucro.	A propriedade é social e não se visa a lucros.
É permitida a transferência das ações a terceiros.	Não é permitida a transferência de quotas-parte a terceiros.
Os membros do Conselho de Administração são proprietários ou provenientes do mercado.	Os membros do Conselho de Administração são cooperados.
O usuário é mero cliente.	O usuário é o próprio dono, tem decisão ativa na política operacional e deve ser tratado com isonomia.
No relacionamento com o cliente, há prioridade na redução de custos e de riscos.	Analisa a capacidade de investimento e pagamento dos associados.
Priorizam os grandes centros urbanos.	Atuam também em comunidades mais remotas.
Tendem ao atendimento impessoal, com base na reciprocidade financeira, e focam exclusivamente a dimensão econômica.	Predomina o atendimento pessoal aos associados, com relações mais sociais entre dirigentes, funcionários e associados. Dimensão socioeconômica se sobrepõe.
Vínculo frágil com a comunidade.	Vínculo com a comunidade, na qual aplicam os recursos captados.
Focam-se na concorrência de mercado.	Desenvolvem-se pela cooperação.
A remuneração dos acionistas é proporcional ao capital investido.	Sobras no exercício podem ser distribuídas entre associados na proporção dos serviços financeiros utilizados ou reinvestidos em fundos cooperativos.

Fonte: Adaptado de FGCoop (2019).

Em suma, de acordo com FGCoop (2019), essas cooperativas de crédito estão sob a seguinte base normativa:

- Lei nº 4.595, de 1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências;
- Lei nº 5.764, de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 130, de 2009 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- Circular 3.502, de 2010 - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas cooperativas de crédito para instrução de processos referentes a pedidos de autorização e dá outras providências; e
- Resolução CMN 4.434, de 2015 - Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências.

2.6 Síntese do Referencial Teórico

No presente referencial teórico deste estudo foram abordados a administração financeira, o mercado financeiro, as demonstrações financeiras e os demais indicadores econômicos financeiros em uma Análise Fundamentalista para verificação de evolução, isto é: estudo de caso nos sistemas cooperativos de crédito.

Nesse sentido, o País vive um momento de crescimento econômico e com uma inflação relativamente baixa quando comparada aos índices do início da década passada. Neste novo cenário da economia, cresce a importância de estudos sobre a melhor forma de aplicação de recursos, bem como de investimentos que contemplem as necessidades de cada investidor.

Logo, o mercado de investimentos possui vários produtos para a aplicação de recursos, porém eles não possuem as mesmas características de segurança, liquidez e rentabilidade.

Assim, por meio deste referencial teórico, identificou-se: o detalhamento da administração financeira, abrangendo-se sobre a análise fundamentalista e abordando-se o mercado financeiro, detalhando-se o capital monetário, de crédito e de câmbio compreendendo-se um pouco mais sobre as demonstrações financeiras e conhecendo-se um pouco mais sobre balanço patrimonial e DRE. Enfim, incluiu-se também o estudo dos indicadores econômico-

financeiros, detalhando-se os instrumentos preliminares de análise, a estrutura de capital, a liquidez, e a rentabilidade.

Portanto, possibilitou-se, analiticamente, fundamentar e identificar os fatores que influenciam direta e indiretamente no desenvolvimento financeiro dos sistemas cooperativos de crédito do SICOOB e do SICREDI, para, assim, constatar-se o quanto é importante a profissionais ligados à área administrativa e contábil conhecerem o perfil das cooperativas.

3 METOLOGIA

Nesta seção apresenta-se a metodologia utilizada neste estudo que tem como intuito analisar, com base nas demonstrações financeiras, a evolução dos sistemas cooperativos de crédito SICREDI e SICOOB no período de 2014 a 2018, para a verificação da evolução dos sistemas cooperativos de crédito no mercado financeiro brasileiro.

Dessa forma, o estudo teve a classificação ancorada nas fundamentações de Silva e Menezes (2005).

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem

Quanto à abordagem, a pesquisa é quantitativa e qualitativa, pois além da sua representatividade numérica e de seus diversos cálculos, ela analisa e interpreta dados para que se possam ter informações sobre a evolução dos sistemas cooperativos abordados.

Nesse sentido, conforme Mascarenhas (2012), a pesquisa quantitativa baseia-se na quantificação para coletar e, mais tarde, tratar os dados obtidos. Assim, nesse tipo de pesquisa é fundamental usar técnicas estatísticas como porcentagens, médias e desvio padrão.

Ademais, para Prodanov (2013), a utilização da pesquisa qualitativa se difere da abordagem quantitativa pelo fato de não se utilizarem dados estatísticos como o centro do processo de análise do problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Logo, os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada.

Nesse aspecto, a pesquisa qualitativa de acordo com Mascarenhas (2012) é usada quando se quer descrever o objeto de estudo com mais profundidade. A pesquisa qualitativa não é formada por etapas engessadas como as da quantitativa, nela o pesquisador fica à vontade para desenhar o estudo de forma a julgar mais adequada.

Além do mais, portanto, o método qualitativo se deu na abordagem bibliográfica acerca dos assuntos propostos para melhor interpretação dos resultados obtidos por meio da coleta de dados e da análise quantitativa dos resultados encontrados a partir de vários índices calculados por meio dos documentos das demonstrações financeiras.

3.2 Quanto aos objetivos

Esta pesquisa sob o ponto de vista dos objetivos é exploratória, descritiva e explicativa. Assim, é exploratória por evidenciar a realização de uma pesquisa bibliométrica acerca do assunto – “Análise Fundamentalista” – abordada neste estudo em que, posteriormente, utilizou-se também o acervo da biblioteca física e virtual da FASF para o desenvolvimento. É descritiva por se utilizar estudo de caso, conceituando e dando base teórica à pesquisa. Para concluir, é explicativa predominantemente na interpretação dos resultados obtidos por meio dos cálculos realizados sobre as demonstrações financeiras.

Nesse sentido, para Malhotra *et al.* (2005, p. 56), vale ressaltar que a “pesquisa exploratória é conduzida para explorar a situação do problema, ou seja, para obter ideias e informações quanto ao problema que a gerenciam ou o pesquisador estejam enfatizando, o qual será investigado no estudo”. Ainda, de acordo com Mascarenhas (2012), a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de uma população ou de um fenômeno, além de identificar se há relação entre as variáveis analisadas.

Logo, conforme Lakatos e Marconi (2011, p. 54) “a pesquisa explicativa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar modelos teóricos e relacionar hipóteses em uma visão unitária do universo ou âmbito produtivo”.

3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

Os procedimentos técnicos adotados neste estudo foram a Pesquisa Bibliográfica e um Estudo de Caso. A pesquisa bibliográfica é o tipo de investigação que segundo Mascarenhas (2012) “concentra-se na análise de livros físicos e digitais, artigos, dicionários e enciclopédias”. Além disso, conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 166), também “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema do estudo”. Desse modo, sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o conteúdo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Também foram utilizados livros disponíveis na biblioteca e no portal da FASF, como “Análise financeira das empresas” de Silva (2012), “Estrutura e análise de balanço: enfoque econômico-financeiro” de Assaf Neto (2012), “Análise financeira de balanços” de Matarazzo (2012). Além do mais, outras fontes utilizadas provêm de revistas e sites da *internet* como os postais do SICOOB (2019), SICREDI (2019) e FGCoop (2019).

Em suma, para Fazenda (2017, p. 78), o estudo de caso como “caracteriza-se pelo uso de um instrumento de descrição profunda de um evento ou um caso de uma forma longitudinal”. Nesse sentido, foi realizado nos sistemas cooperativos de crédito SICOOB e SICREDI ao ano de 2019, conforme descrição a ser apresentada na próxima seção.

3.4 Unidade de análise

As unidades de análise são os sistemas cooperativos de crédito como o SICOOB e o SICREDI. Logo, o Sistema SICREDI é o pioneiro no Brasil, criado em 1903, possui mais de 4 milhões de associados com 114 cooperativas, sediando mais de 1,6 mil agências em 22 Estados brasileiros mais o Distrito Federal. Além disso, possui um patrimônio líquido estimado em 15 bilhões de reais, ultrapassando os 2,7 bilhões de reais em resultados líquidos, chegando a casa dos 96 bilhões de reais em ativos (SICREDI, 2019).

Sendo assim, criado em 1996, o Sistema SICOOB possui 4,4 milhões de cooperados e está presente nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal. São 450 cooperativas singulares, 16 cooperativas centrais, uma Confederação Nacional e um Banco Cooperativo (BANCOOB). Logo, é a quinta maior rede de atendimento bancário do Brasil, possuindo um patrimônio líquido na casa de 19,8 bilhões de reais e um ativo total de mais de 100 bilhões de reais (SICOOB, 2019).

3.5 Instrumento de coleta de dados

No que se refere aos instrumentos de coleta de dados, foi utilizado a coleta documental. Segundo Gil⁴ (1991) *apud* Silva e Menezes (2005), a coleta documental é elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.

Assim, a coleta de dados se concretizou por meio de pesquisas em documentos institucionais, sendo eles as demonstrações financeiras, assim como outros documentos informativos. Logo, para complementar e enriquecer os dados, os documentos foram analisados por meio dos indicadores econômico-financeiros e interpretados conforme variações do PIB.

⁴ GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

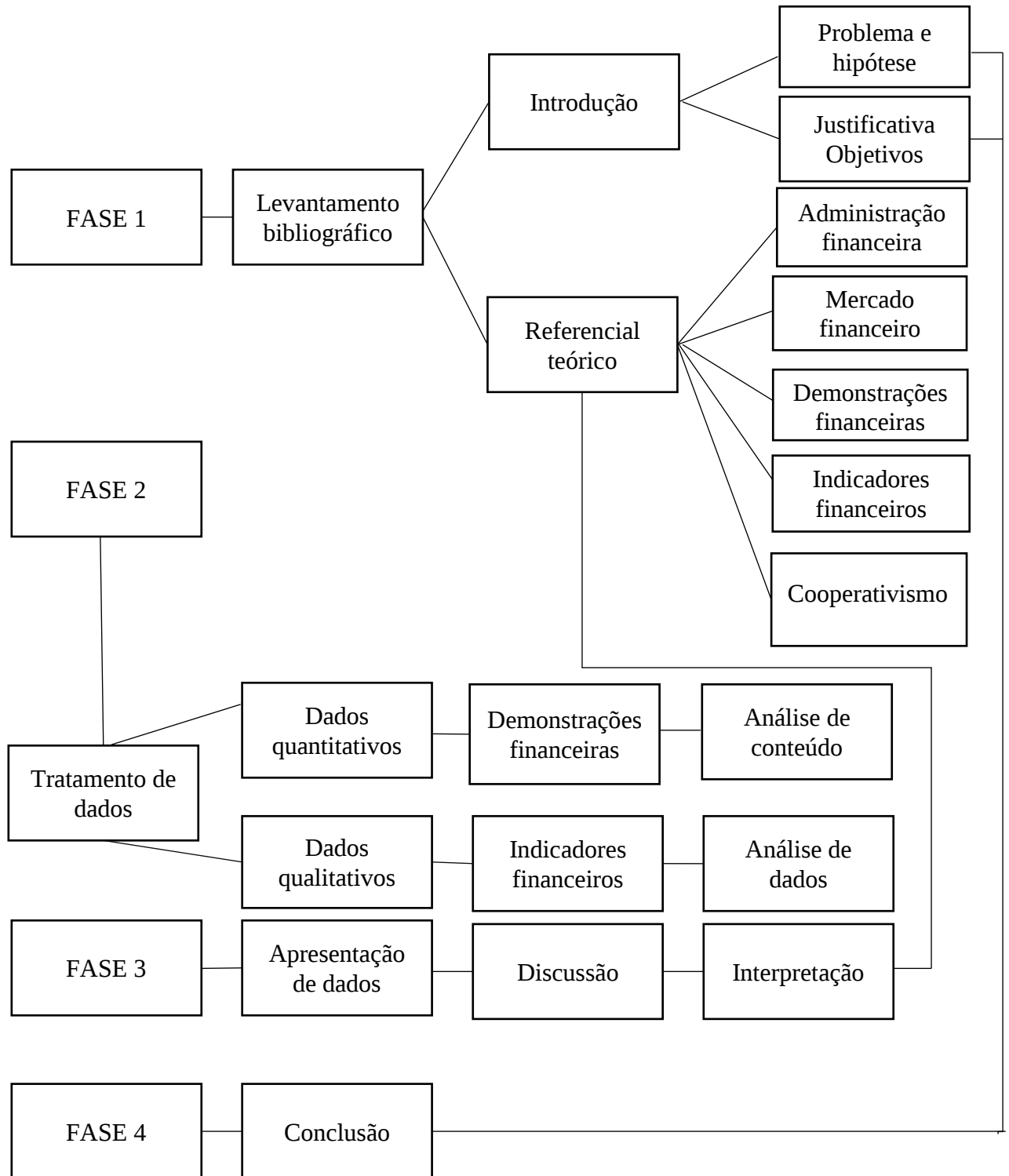
3.6 Tratamento de dados

No tratamento de dados da pesquisa foram utilizadas a análise contábil e a análise de conteúdo. Dessa forma, para Trujillo⁵ (1974, p. 178) *apud* Marconi e Lakatos (2003, p. 167), a análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc.”

Para concluir, conforme Silva e Fossá (2013), a análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações em que se analisam o que foi dito nas entrevistas ou o observado pelo pesquisador. Assim sendo, na análise de material, busca-se classificá-lo em temas ou em categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos.

Nesse contexto, observa-se a **Figura 1** em que se evidenciam as fases de produção desta pesquisa:

⁵ TRIJULLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kenedy, 1974.

Figura 1 - Esquema de tratamento de dados

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na **Fase 1** foi realizado um levantamento bibliográfico em que, inicialmente, foi

definido qual seria o tema, para iniciar a pesquisa. Depois, foi realizada a introdução, a definição do problema, a justificativa e os objetivos. Após, deu-se início ao Referencial Teórico que abrangeu alguns tópicos relevantes: Administração financeira, Mercado financeiro, Demonstrações financeiras e Indicadores financeiros, sendo que para melhor entendimento foi efetuada uma pesquisa bibliográfica no acervo da biblioteca física e virtual da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco - FASF. Portanto, cada tópico foi descrito detalhadamente a fim de melhor compreensão do leitor.

Na **Fase 2** foi realizado o tratamento dos dados, que se analisou a metodologia desta pesquisa, sendo que foi quantitativa e qualitativa, por meio da coleta documental. Após a coleta dos dados nos documentos institucionais, foi efetuada uma análise de conteúdo. Logo, a **Fase 2** está vinculada com a **Fase 1**, pois a metodologia é baseada nos objetivos e no referencial teórico, sendo que para interligar essas fases, é necessário fazer uma análise dos documentos institucionais, relacionando-os com o conteúdo do referencial teórico.

Já na **Fase 3** foi realizada a discussão e interpretação dos resultados, em que se fez comparação e correlação do conteúdo a partir da análise de conteúdo (coleta de documentos institucionais) da **Fase 2**. Em seguida, vincula-se a **Fase 1**, ou seja, a introdução e o referencial teórico. Nesta fase, o pesquisador analisou se os dados dos documentos institucionais, após interpretação e análise, responderam os seus objetivos específicos, ou seja, a evolução dos sistemas cooperativos de crédito SICREDI e SICOOB no período de 2014 a 2018.

Por fim, na **Fase 4** foi concluída a pesquisa, na qual o pesquisador fez a conclusão do que foi mais importante, para isso, recorreu à **Fase 3** e **Fase 1**, pois houve a necessidade de apresentar as principais conclusões a partir dos resultados analisados e interpretados, vinculando-os aos objetivos da pesquisa para demonstrar o alcance da meta e dar resposta à pergunta de investigação. Com isso, identificar se obteve sucesso nos resultados e se os objetivos foram respondidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão demonstrados os resultados e as discussões das análises das demonstrações financeiras feitas por meio de análise horizontal e vertical de balanço patrimonial além da demonstração de resultado do exercício, da análise de índices (estrutura de capital, liquidez e rentabilidade) das cooperativas de Crédito do SICOOB e do SICREDI nos anos de 2014 a 2018. Sendo assim, os resultados das análises serão analisados e comparados com o objetivo de responder à questão-problema buscando-se a evolução financeira dos sistemas frente ao PIB brasileiro.

Dessa forma, esta seção será dividida em sete partes, sendo elas:

(1) Análises preliminares.

1.1 Análise horizontal.

1.2 Análise vertical.

(2) Liquidez.

(3) Estrutura de capital.

(4) Rentabilidade.

(5) Evolução do PIB.

(6) Parecer final.

(7) Síntese dos resultados e discussão.

Já os resultados e as discussões levantadas nesta pesquisa seguem a seguinte ordem:

I - Apresentação do índice ou apresentação da análise horizontal e vertical;

II - Apresentação da tabela com os resultados dos índices ou da análise horizontal e vertical;

III - Discussão dos resultados obtidos nas tabelas;

IV - Apresentação do gráfico de evolução do PIB e discussão dos resultados apresentados pelo gráfico;

V - Parecer final com levantamento e comparação dos resultados obtidos.

4.1 Análises preliminares

A análise horizontal e vertical é a forma mais comum de expressar a análise das demonstrações financeiras, pois apesar de sua simplicidade, elas irão destacar as variações mais importantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados do Exercício.

Ademais, visando verificar a evolução ao longo dos anos das contas que compõe o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados das Cooperativas de Crédito do SICREDI

e do SICOOB, foi inicialmente efetuado, as análises horizontal e vertical conforme apresentado a seguir, onde as mesmas são apresentadas em milhares de reais (R\$).

4.1.1 Análise horizontal

Apresentação das **Tabelas 2, 3, 4, 5, 6 e 7** demonstram os resultados da Análise Horizontal diante das publicações anuais dos sistemas Cooperativos de Crédito do SICOOB e SICREDI, em que se pode evidenciar o crescimento ou a redução de itens dos demonstrativos financeiros ao longo dos exercícios sociais para caracterizar as tendências.

TABELA 2 - Análise horizontal – Ativo SICOOB

ATIVO	AH%	2018	AH%	2017	AH%	2016	AH%	2015	2014
Circulante	16,85%	64.234.551	33,24%	54.972.041	33,72%	41.256.549	32,04%	30.852.719	23.365.494
Disponibilidades	38,04%	912.006	27,59%	660.671	3,08%	517.805	9,52%	502.357	458.704
Aplic. Interfinanceiras de liquidez	21,29%	17.182.228	50,14%	14.166.182	79,12%	9.435.258	113,50%	5.267.529	2.467.213
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6,84%	6.518.450	7,81%	6.101.113	47,90%	5.659.328	4,00%	3.826.332	3.679.080
Relações interfinanceiras	4,24%	4.684.614	81,08%	4.494.281	857,70%	2.481.904	-32,38%	259.152	383.246
Relações interdependências	30,58%	18.718	0,98%	14.334	35,24%	14.195	-22,41%	10.496	13.527
Operações de crédito	13,65%	28.418.869	25,76%	25.005.637	12,51%	19.883.804	26,36%	17.672.280	13.986.042
Outros créditos	47,26%	5.277.991	40,78%	3.584.041	-6,94%	2.545.800	42,36%	2.735.527	1.921.546
Outros valores e bens	29,17%	1.221.683	31,64%	945.782	24,08%	718.455	26,95%	579.046	456.136
Não circulante	13,72%	40.303.818	2,55%	35.441.618	18,11%	34.559.392	8,69%	29.259.873	26.919.964
Realizável a longo prazo/Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-29,96%	60.227	771,41%	85.991	-99,21%	9.868	1.256.251
Títulos e valores mobiliários	-3,30%	14.461.544	9,44%	14.954.503	31,77%	13.664.197	21,36%	10.369.416	8.544.528
Operações de crédito	31,51%	23.490.175	-3,93%	17.862.328	159,38%	18.592.256	-54,93%	7.167.824	15.903.323
Outros créditos	-84,92%	92.971	6,34%	616.461	71,02%	579.684	537,09%	338.960	53.204
Investimentos	11,96%	495.598	27,93%	442.669	15,94%	346.017	32,22%	298.444	225.711
Imobilizado	16,88%	1.702.565	18,58%	1.456.690	25,50%	1.228.486	19,18%	978.840	821.304
Diferido e Intangível	25,07%	60.961	-22,34%	48.740	-34,98%	62.761	-16,54%	96.521	115.643
TOTAL DO ATIVO	15,62%	104.538.376	19,25%	90.413.659	26,12%	75.815.941	19,54%	60.112.592	50.285.458

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Segundo a **Tabela 2**, o ativo total do sistema SICOOB teve um crescimento contínuo médio de 20%, resultando em uma evolução de 107,89% ao longo do período. Na comparação por períodos, seus ativos totais tiveram evolução de 19,54% de 2014 para 2015; 26,12% de 2015 para 2016 e 19,25% de 2016 para 2017 e 15,62% de 2017 para 2018. No ativo circulante destacam-se as aplicações interfinanceiras de liquidez que tiveram evolução média de 65,75% ao longo do período, resultando em uma evolução total de 596,42%, porém seus índices de

evolução vêm apresentando queda durante os anos. Logo, a conta de operações de crédito teve evolução média de 19,57% apresentando constantes variações durante o período; evolução de 26,36% de 2014 para 2015; 12,51% de 2015 para 2016; 25,76% de 2016 para 2017 e 13,65% de 2017 para 2018. Seus imobilizados têm tido evolução contínua, com média de 20,03%, conforme evolução média de seus ativos totais que evoluíram média de 20,13% e seu intangível sofreu involução entre 2014 para 2017 de 57,85% tendo uma evolução de 25,07% para 2018.

TABELA 3 - Análise horizontal – Passivo SICOOB.

PASSIVO	AH%	2018	AH%	2017	AH%	2016	AH%	2015	2014
Circulante	16,01%	79.045.419	21,02%	68.134.103	28,96%	56.302.104	19,94%	43.659.086	36.400.727
Depósitos	16,42%	64.226.576	15,72%	55.170.110	29,26%	47.674.117	19,24%	36.882.810	30.931.019
Obrigações por operações compromissadas	-86,11%	61.772	315,70%	444.708	14,99%	106.979	-11,46%	93.032	105.069
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	23,58%	2.676.383	95,58%	2.165.709	148,85%	1.107.343	74,06%	444.988	255.647
Relações interfinanceiras	13,36%	2.565.107	38,73%	2.262.818	14294,12%	1.631.142	-75,05%	11.332	45.415
Relações interdependências	-6,59%	676.168	-0,54%	723.868	26,71%	727.784	380,56%	574.362	119.520
Instrumentos financeiros derivativos		-		235		-	-33,92%	452	684
Obrigações por repasses do País - Inst. Oficiais	-20,35%	1.988.009	44,47%	2.495.842	7,94%	1.727.544	2,16%	1.600.469	1.566.596
Obrigações por repasses no Exterior		-		664		664		664	664
Outras obrigações	40,68%	6.851.404	46,40%	4.870.149	-18,01%	3.326.531	22,99%	4.057.457	3.299.072
Não circulante	11,76%	4.167.736	21,37%	3.729.256	42,34%	3.072.658	20,46%	2.158.714	1.792.121
Depósitos	47,23%	756.439	49,61%	513.790	94,92%	343.410	-53,77%	176.182	381.138
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	139,92%	1.177.742	74,83%	490.899	64,12%	280.791	122,08%	171.094	77.040
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais	7,20%	2.218.827	13,67%	2.069.857	2,01%	1.820.895	37,51%	1.785.011	1.298.092
Outras obrigações	-97,90%	13.728	4,47%	653.508	22508,28%	625.571	-67,69%	2.767	8.564
Resultados de exercícios futuros	-16,81%	1.000	-39,63%	1.202	14,56%	1.991	16,64%	1.738	1.490
Patrimônio líquido	14,96%	21.325.221	12,83%	18.550.300	15,02%	16.441.179	17,46%	14.294.793	12.169.651
Capital social Capital	10,54%	13.439.861	10,64%	12.158.243	15,37%	10.991.042	17,27%	9.527.142	8.124.171
Reserva de capital	24,09%	67.071	38,67%	54.050	-33,23%	38.977	56,33%	58.371	37.338
Reserva de lucros	22,96%	6.485.628	35,08%	5.274.546	25,58%	3.904.786	26,55%	3.109.301	2.456.890
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumuladas	25,54%	1.330.429	-29,78%	1.059.800	-5,65%	1.509.220	3,17%	1.599.532	1.550.353
Reserva de reavaliação	-3,11%	873	-49,07%	901	-4,02%	1.769	-27,41%	1.843	2.539
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15,62%	104.538.376	19,25%	90.413.659	26,12%	75.815.941	19,54%	60.112.592	50.285.458

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Segundo a **Tabela 3**, no passivo circulante se destacam as contas de depósitos com evolução média de 20,16%, total de 107,64% ao longo do período. Conta essa de importante

significância para uma instituição de crédito conforme afirma Fortuna (2013) onde as mesmas oferecem serviços mediante seus números disponíveis de capitalização financeira. Logo, o patrimônio líquido teve evolução contínua ao longo do período, apresentando uma evolução de 75,23%, bem como seu capital social os quais são aqueles devidos aos sócios, com evolução de 65,43%. Também, a conta de lucros ou prejuízos apesar de sofrer involução entre 2015 para 2017, voltou a ter evolução para o ano de 2018 com saldo de \$ 1.330.429 milhões, apresentando seu maior valor numérico de lucros ou prejuízos ao final do ano de 2018.

TABELA 4 - Análise horizontal – DRE SICOOB

(Continua)

DRE	AH%	2018	AH%	2017	AH%	2016	AH%	2015	2014
Receitas da intermediação financeira	-1,85%	12.548.515	4,45%	12.785.541	28,00%	12.241.058	32,77%	9.563.467	7.203.138
Operações de crédito	7,53%	10.093.676	6,26%	9.386.991	22,47%	8.834.289	30,23%	7.213.318	5.538.725
Resultado com títulos e valores mobiliários	-28,59%	2.398.669	0,02%	3.359.005	45,44%	3.358.223	42,61%	2.308.950	1.619.090
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-78,40%	-1.269	-30,79%	4.605	199,86%	6.654	-63,72%	2.219	6.117
Despesas da intermediação financeira	-14,40%	-5.323.666	-4,41%	-6.219.329	45,49%	-6.506.351	39,19%	-4.468.998	-3.210.818
Operações de captação no mercado	-25,75%	-3.151.659	-7,46%	-4.244.754	37,17%	-4.586.871	45,18%	-3.344.033	-2.303.292
Operações de empréstimos e repasses	0,49%	-181.869	-17,57%	-180.982	58,27%	-219.570	30,01%	-138.730	-106.704
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11,17%	-1.989.595	5,29%	-1.789.765	72,36%	-1.699.910	23,15%	-986.235	-800.822
Resultado bruto da intermediação financeira	10,03%	7.224.849	14,50%	6.566.212	12,57%	5.734.707	27,61%	5.094.469	3.992.320
Outras receitas (despesas) operacionais	6,73%	-3.760.708	14,12%	-3.523.667	19,30%	-3.087.718	43,98%	-2.588.125	-1.797.571
Receitas de prestação de serviços	12,50%	1.566.298	95,82%	1.392.273	-5,13%	710.987	27,95%	749.399	585.702
Rendas de tarifas bancárias	23,21%	763.138	23,23%	619.356	22,02%	502.618	21,90%	411.917	337.911
Despesas de pessoal	14,08%	-3.131.878	16,33%	-2.745.444	19,64%	-2.360.067	17,44%	-1.972.621	-1.679.647
Despesas administrativas	1,68%	-2.551.452	17,35%	-2.509.267	14,72%	-2.138.199	16,87%	-1.863.840	-1.594.857
Despesas tributárias	9,73%	-230.607	48,48%	-210.166	29,29%	-141.541	27,14%	-109.475	-86.103
Resultado de participações em controladas e coligadas	29,86%	51.278	132,73%	39.488	352,09%	16.967	-93,88%	3.753	61.366
Outras receitas operacionais	33,79%	862.514	-14,41%	644.659	9,27%	753.165	-29,80%	689.270	981.867
Outras despesas operacionais	44,45%	-1.089.999	74,81%	-754.566	-13,07%	-431.648	22,96%	-496.528	-403.810
Resultado operacional	13,86%	3.464.141	14,94%	3.042.545	5,61%	2.646.989	14,20%	2.506.344	2.194.750
Resultado não operacional	230,62%	-41.003	162,31%	-12.402	-88,64%	-4.728	-27,47%	-41.620	15.763

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

TABELA 4 – Análise horizontal – DRE SICOOB

(Continuação)

Resultado antes da tributação e da participação no lucro	12,97%	3.423.138	14,68%	3.030.143	7,20%	2.642.261	11,50%	2.464.724	2.210.512
Imposto de renda e contribuição social	31,18%	-244.855	7,39%	-186.651	48,39%	-173.807	36,59%	-117.130	-85.752
Imposto de renda	20,01%	-151.065	29,80%	-125.874	35,88%	-96.972	36,53%	-71.364	-52.269
Contribuição social	18,86%	-122.329	29,32%	-102.917	56,25%	-79.584	43,41%	-50.934	-35.516
Crédito fiscal diferido	-32,28%	28.539	1432,92%	42.140	-46,81%	2.749	154,21%	5.168	2.033
Participação dos empregados no lucro	50,60%	-92.138	24,83%	-61.179	11,60%	-49.009	46,89%	-43.913	-29.895
Lucro líquido do exercício	10,92%	3.086.145	15,00%	2.782.313	5,03%	2.419.445	9,97%	2.303.681	2.094.865

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Segundo a **Tabela 4**, a conta de receitas de intermediação financeira teve evolução de 2014 para 2017, com média de 21,74% apresentando involução de 1,85% em 2018. As operações de crédito tiveram evolução de 30,23% de 2014 para 2015 e 22,47% de 2015 para 2016, porém esses índices tiveram evoluções mais pequenas nos anos seguintes, 6,26% de 2016 para 2017 e 7,53% de 2017 para 2018. Logo, o resultado operacional teve evolução média de 11,4%, com evolução abaixo dos demais períodos de 2015 para 2016, com 5,61%. Seu resultado líquido apresentou evolução contínua acumulando 47,32% de crescimento no período analisado, média de 11% de evolução.

TABELA 5 - Análise horizontal - Ativo SICREDI

Ativo	AH%	2018	AH%	2017	AH%	2016	AH%	2015	2014
Circulante	17,53%	69.534.136	16,82%	59.164.319	29,04%	50.647.474	15,45%	39.249.975	33.997.239
Disponibilidades	3,87%	844.155	30,52%	812.722	15,59%	622.658	12,26%	538.690	479.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-0,57%	13.797.204	-1,41%	13.875.888	22,89%	14.075.009	4,79%	11.453.086	10.929.447
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	24,61%	18.716.774	26,01%	15.020.302	71,50%	11.920.239	76,07%	6.950.631	3.947.621
Relações interfinanceiras	64,15%	3.196.215	124,00%	1.947.111	33,18%	869.253	-4,84%	652.703	685.928
Operações de crédito	17,90%	29.858.725	17,83%	25.325.946	16,81%	21.492.796	7,94%	18.400.282	17.047.312
Outros créditos	49,62%	2.686.926	30,18%	1.795.821	25,62%	1.379.483	32,23%	1.098.122	830.468
Outros valores e bens	12,55%	434.137	33,92%	385.740	84,09%	288.036	104,25%	156.461	76.604
Não circulante	40,75%	25.538.697	19,08%	18.145.118	14,94%	15.237.368	9,82%	13.256.995	12.071.154
Realizável a longo prazo/Aplicações interfinanceiras de liquidez	42,52%	23.479.512	19,40%	16.474.099	13,78%	13.797.864	8,40%	12.126.484	11.186.741
Títulos e valores mobiliários	22,85%	1.665.268	-34,24%	1.355.528	-10,89%	2.061.241	37,89%	2.313.087	1.677.508
Operações de crédito	45,58%	21.682.479	29,18%	14.893.790	19,55%	11.529.141	3,19%	9.643.420	9.345.757
Outros créditos	-41,38%	131.765	8,34%	224.781	22,06%	207.482	3,98%	169.977	163.476
Investimentos	10,57%	199.089	10,25%	180.052	15,36%	163.317	9,54%	141.577	129.246
Imobilizado	23,27%	1.416.317	19,60%	1.148.984	33,31%	960.708	26,47%	720.642	569.824
Diferido e Intangível	29,77%	443.779	8,40%	341.983	17,59%	315.479	44,75%	268.292	185.343
Total do ativo	22,98%	95.072.833	17,34%	77.309.437	25,48%	65.884.842	13,98%	52.506.970	46.068.393

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 5**, os ativos totais do sistema SICREDI tiveram evolução durante todo o período analisado com percentual de 106,37% ao final de 2018. No ativo circulante se destacam as contas de disponibilidades, o caixa teve evolução de 12,26% de 2014 para 2015; 15,59% de 2015 para 2016 e 30,52% de 2016 para 2017; uma evolução crescente durante esse período, com evolução de 3,87% de 2017 para 2018, evolução essa menor que aos anos anteriores. Diante da Conta de Aplicações, de 2015 para 2016, obteve um crescimento de 22,89%, de 2016 para 2017 que ocorreu involução de 1,41% e 0,57% para 2018. Na conta de operações de crédito evolução constante de 7,94% de 2014 para 2015 chegando a 17,9% de 2017 para 2018. Já o ativo não circulante apresentou evolução constante dentre as principais contas, a conta de aplicações interfinanceiras de liquidez evoluiu 8,40% de 2014 para 2015 e novamente evolução de 42,58% de 2017 para 2018, evolução de 109,89% durante o período. Já os títulos e valores mobiliários evoluíram de 2014 para 2015 com crescimento de 37,89%, ocorreu involução de 10,89% de 2015 para 2016 com nova involução de 34,24% de 2016 para 2017 e o período de 2017 para 2018 teve evolução de 22,85%.

TABELA 6 - Análise horizontal - Passivo SICREDI.

Passivo	AH%	2018	AH%	2017	AH%	2016	AH%	2015	2014
Circulante	33,86%	39.108.701	25,73%	29.216.458	17,37%	23.238.002	0,89%	19.799.579	19.624.238
Depósitos	24,92%	28.425.816	27,32%	22.754.544	26,00%	17.872.257	-1,19%	14.184.168	14.355.055
Captações no mercado aberto	329,36%	2.979.617	40,66%	693.968	-67,43%	493.375	-	1.514.623	1.891.756
Recursos de aceites e emissão de títulos	40,63%	589.837	-16,08%	419.423	173,07%	499.776	30,40%	183.022	140.352
Relações interfinanceiras	46,78%	1.765.288	138140,57%	1.202.693	188,08%	870	66,74%	302	908
Relações interdependências	10,18%	198.942	22,11%	180.561	22,44%	147.868	26,16%	120.766	95.722
Obrigações por empréstimos	31,71%	591.741	60,41%	449.261	-60,45%	280.075	42,28%	708.181	497.745
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	21,91%	1.802.447	24,73%	1.478.514	17,42%	1.185.348	17,25%	1.009.460	860.953
Outras obrigações	35,21%	2.754.793	-26,14%	2.037.433	32,71%	2.758.433	16,70%	2.078.620	1.781.148
Não circulante	16,18%	40.673.243	11,03%	35.008.824	29,59%	31.530.482	24,67%	24.331.495	19.516.127
Depósitos	16,11%	32.060.594	10,44%	27.612.428	35,64%	25.001.231	25,22%	18.432.437	14.720.197
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais	20,57%	7.336.111	14,36%	6.084.595	8,93%	5.320.578	13,52%	4.884.504	4.302.761
Outras obrigações	-5,40%	306.645	22,28%	324.157	47,11%	265.092	8,56%	180.200	165.998
Patrimônio líquido	17,29%	14.961.351	18,23%	12.755.895	33,60%	10.789.314	21,03%	8.076.112	6.672.787
Capital social	9,09%	6.810.662	10,38%	6.243.183	37,67%	5.656.234	17,32%	4.108.683	3.502.191
Reserva de lucros	25,41%	7.342.761	25,58%	5.855.072	25,60%	4.662.343	28,69%	3.712.135	2.884.652
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumulados	22,80%	808.078	39,46%	658.018	84,42%	471.816	-	255.833	286.821
Total do passivo e do patrimônio líquido	22,98%	95.072.833	17,34%	77.309.437	25,48%	65.884.842	13,98%	52.506.970	46.068.393

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 6**, a conta de depósitos apresentou involução de 1,19% de 2014 para 2015, ocorrendo evolução de 27,32% de 2016 para 2017 e 24,92% de evolução de 2017 para 2018. A conta de captações apresentou involução de 2014 até 2016, diante o período de 2017 para 2018 atingiu evolução de 329,36%. Os empréstimos tiveram evolução de 2014 para 2015 de 42,28%; ocorreu involução de 2015 para 2016 de 60,45% e evolução de 2016 para 2017 de 60,41%, apresentando novamente evolução de 2017 para 2018 de 31,71%. Seu patrimônio líquido teve evolução durante todo o período de 2014 para 2018, atingindo um crescimento total de 124,21% de evolução. Logo, o mesmo aconteceu com a conta de capital social, evolução durante o período pesquisado de 2014 a 2018, destacando os anos de 2015 registrando 17,32% e 2016 chegando a 37,67%, posteriormente ocorreram evoluções menores de 10,38% em 2017 e 9,09% em 2018.

TABELA 7 - Análise horizontal - DRE SICREDI.

DRE	AH%	2018	AH%	2017	AH%	2016	AH%	2015	2014
Receitas da intermediação financeira	2,25%	11.084.435	1,28%	10.840.262	23,66%	10.703.012	31,55%	8.655.184	6.579.141
Operações de crédito	12,63%	8.719.306	8,72%	7.741.210	17,97%	7.120.631	23,99%	6.035.956	4.868.086
Resultado com títulos e valores mobiliários	-25,90%	2.222.158	-14,69%	2.998.949	40,23%	3.515.355	54,31%	2.506.886	1.624.581
Despesas da intermediação financeira	-11,27%	-4.166.468	-12,22%	-4.695.790	16,52%	-5.349.602	48,01%	-4.591.172	-3.101.836
Operações de captação no mercado	-19,80%	-2.778.619	-12,58%	-3.464.758	32,13%	-3.963.531	42,72%	-2.999.724	-2.101.792
Operações de empréstimos e repasses	55,49%	-362.201	347,22%	-232.946	-84,15%	-52.087	137,15%	-328.603	-138.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2,76%	-1.025.648	-25,15%	-998.086	5,60%	-1.333.522	46,59%	-1.262.845	-861.479
Resultado bruto da intermediação financeira	12,59%	6.917.967	14,78%	6.144.472	31,73%	5.353.410	16,87%	4.064.012	3.477.305
Outras receitas (despesas) operacionais	9,85%	-3.734.337	12,15%	-3.399.638	32,69%	-3.031.359	19,44%	-2.284.615	-1.912.813
Receitas de prestação de serviços	23,74%	1.935.665	20,95%	1.564.264	15,89%	1.293.285	12,53%	1.115.992	991.694
Despesas de pessoal	13,02%	-2.421.895	12,39%	-2.142.820	24,47%	-1.906.567	17,11%	-1.531.741	-1.308.005
Despesas administrativas	15,12%	-2.206.068	15,95%	-1.916.350	24,02%	-1.652.754	18,32%	-1.332.657	-1.126.286
Despesas tributárias	25,44%	-112.336	25,36%	-89.556	17,89%	-71.439	14,43%	-60.599	-52.956
Resultado de participações em controladas e coligadas	-6,27%	15.921	-12,20%	16.986	21,12%	19.346	23,20%	15.972	12.964
Outras receitas operacionais	55,03%	658.055	-16,55%	424.480	67,92%	508.668	106,42%	302.921	146.751
Outras despesas operacionais	27,62%	-1.603.679	2,84%	-1.256.642	53,79%	-1.221.898	37,70%	-794.503	-576.975
Resultado operacional	15,99%	3.183.630	18,21%	2.744.834	30,50%	2.322.051	13,74%	1.779.397	1.564.492
Imposto de renda e contribuição social	15,45%	-80.176	-19,08%	-69.446	-5,89%	-85.822	22,40%	-91.195	-74.504
Imposto de renda	11,49%	-43.502	-23,53%	-39.020	-5,61%	-51.028	18,94%	-54.061	-45.453
Contribuição social	15,19%	-35.750	-24,72%	-31.035	13,31%	-41.228	26,43%	-36.386	-28.780
Crédito fiscal diferido	251,72 %	-924	-90,53%	609	-960,16%	6.434	176,01%	-748	-271
Participação no lucro	22,04%	-319.483	20,87%	-261.785	8,77%	-216.576	12,26%	-199.108	-177.360
Lucro líquido do exercício	15,80%	2.716.877	19,89%	2.346.216	36,09%	1.956.955	13,69%	1.437.987	1.264.841

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 7**, as receitas do SICREDI tiveram evolução durante todo o período pesquisado de 2014 para 2018, evolução de 31,55% de 2014 para 2015, ocorreu novamente evolução de 2015 para 2016 de 23,66%, apresentando evoluções mais baixas em 2017 com 1,28% e 2,25% em 2018. As despesas de pessoal evoluíram 17,11% de 2014 para 2015, ocorrendo novamente evolução em 2016 de 24,47%; para os anos seguintes evoluções mais baixas, 12,39% de 2016 para 2017 e 13,02% de 2017 para 2018; já as despesas administrativas tiveram evolução de 18,32% de 2014 para 2015, ocorrendo novamente evolução em 2016 de 24,02%, apresentando evolução menores em 2017 com 15,95% e em 2018 15,12%. As contas de despesas administrativas e de pessoal são importantes recursos para aumentar o resultado da Cooperativa, já que suas contenções de gastos diretos podem impactar em um índice de maior resultado ao final de seu exercício. Seu resultado operacional apresentou evolução durante o período de 2014 a 2018, evolução de 13,74% de 2014 para 2015; destacando-se o ano de 2016 com 30,5%; registrando nova evolução em 2017 com 18,21% e em 2018 apresentou 15,99% de evolução. Diante a conta de lucro líquido evolução entre 2014 a 2018, 13,69% em 2015, destacando-se os 36,09% em 2016, registrou 19,89% em 2017 e em 2018 apresentou 15,8%.

4.1.2 Análise vertical

Apresentação das **Tabelas 8, 9, 10, 11, 12 e 13** demonstram os resultados da análise Vertical, diante das publicações anuais dos sistemas Cooperativos de Crédito do SICOOB e SICREDI, em que se pode evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultados dentro de um total.

TABELA 8 - Análise vertical - Ativo SICOOB

(Continua)

ATIVO	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	2015	AV%	2014
Circulante	61,45%	64.234.551	60,80%	54.972.041	54,42%	41.256.549	51,32%	30.852.719	46,47%	23.365.494
Disponibilidades	0,87%	912.006	0,73%	660.671	0,68%	517.805	0,84%	502.357	0,91%	458.704
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16,44%	17.182.228	15,67%	14.166.182	12,44%	9.435.258	8,76%	5.267.529	4,91%	2.467.213
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6,24%	6.518.450	0,67%	6.101.113	7,46%	5.659.328	6,37%	3.826.332	7,32%	3.679.080
Relações interfinanceiras	4,48%	4.684.614	4,97%	4.494.281	3,27%	2.481.904	0,43%	259.152	0,76%	383.246
Relações interdependências	0,02%	18.718	0,02%	14.334	0,02%	14.195	0,02%	10.496	0,03%	13.527
Operações de crédito	27,19%	28.418.869	27,66%	25.005.637	26,23%	19.883.804	29,40%	17.672.280	27,81%	13.986.042
Outros créditos	5,05%	5.277.991	3,96%	3.584.041	3,36%	2.545.800	4,55%	2.735.527	3,82%	1.921.546

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

TABELA 8 – Análise vertical – Ativo SICOOB

(Continuação)

Outros valores e bens	1,17%	1.221.683	1,05%	945.782	0,95%	718.455	0,96%	579.046	0,91%	456.136
Não circulante	38,55%	40.303.818	39,20%	35.441.618	45,58%	34.559.392	48,68%	29.259.873	53,53%	26.919.964
Realizável a longo prazo/Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	0,07%	60.227	0,11%	85.991	0,02%	9.868	2,50%	1.256.251
Títulos e valores mobiliários	13,83%	14.461.544	16,54%	14.954.503	18,02%	13.664.197	17,25%	10.369.416	16,99%	8.544.528
Operações de crédito	22,47%	23.490.175	19,76%	17.862.328	24,52%	18.592.256	11,92%	7.167.824	31,63%	15.903.323
Outros créditos	0,09%	92.971	0,68%	616.461	0,76%	579.684	0,56%	338.960	0,11%	53.204
Investimentos	0,47%	495.598	0,49%	442.669	0,46%	346.017	0,50%	298.444	0,45%	225.711
Imobilizado	1,63%	1.702.565	1,61%	1.456.690	1,62%	1.228.486	1,63%	978.840	1,63%	821.304
Diferido e Intangível	0,06%	60.961	0,05%	48.740	0,08%	62.761	0,16%	96.521	0,23%	115.643
TOTAL DO ATIVO	100%	104.538.376	100%	90.413.659	100%	75.815.941	100%	60.112.592	100%	50.285.458

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Conforme **Tabela 8** demonstra que os percentuais de ativo circulante e aplicações interfinanceiras de liquidez em relação ao ativo total apresentaram índices superiores na comparação de 2014 a 2018, o ativo circulante apresentou 51,32% de seus ativos totais em 2015, já para 2016 percentual de 54,42%, chegando aos 61,45% em 2018, as aplicações interfinanceiras apresentaram 8,76% em 2015; 12,44% em 2016 chegando aos 16,44% em 2018. Já as contas de disponibilidades, não circulante e intangível sofreram diminuições de representatividade, o ativo não circulante apresentava percentual de 53,53% em 2014, apresentando índice de 38,55% em 2018, o intangível caiu seu percentual de 0,23% em 2014 para 0,06% em 2018. Os títulos e valores mobiliários sofreram variações durante o período, com destaque para as variações entre 2016 para 2018, onde em 2016 representava 18,02%; em 2017 seu percentual de representatividade foi de 16,54% e em 2018 13,83% comparados com o total do ativo. Investimentos e imobilizados mantiveram uma média de percentuais, 0,47% para a conta de investimentos e 1,62% para os imobilizados.

TABELA 9 - Análise vertical – Passivo SICOOB

(Continua)

PASSIVO	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	2015	AV%	2014
Circulante	75,61%	79.045.419	75,36%	68.134.103	74,26%	56.302.104	72,63%	43.659.086	72,39%	36.400.727
Depósitos	61,44%	64.226.576	61,02%	55.170.110	62,88%	47.674.117	61,36%	36.882.810	61,51%	30.931.019
Obrigações por operações compromissadas	0,06%	61.772	0,49%	444.708	0,14%	106.979	0,15%	93.032	0,21%	105.069
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	2,56%	2.676.383	2,40%	2.165.709	1,46%	1.107.343	0,74%	444.988	0,51%	255.647
Relações interfinanceiras	2,45%	2.565.107	2,50%	2.262.818	2,15%	1.631.142	0,02%	11.332	0,09%	45.415

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

TABELA 9 – Análise vertical – Passivo SICOOB (Continuação)

Relações interdependências	0,65%	676.168	0,80%	723.868	0,96%	727.784	0,96%	574.362	0,24%	119.520
Instrumentos financeiros derivativos		-	0,0003%	235		-	0,001%	452	0,001%	684
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1,90%	1.988.009	2,76%	2.495.842	2,28%	1.727.544	2,66%	1.600.469	3,12%	1.566.596
Obrigações por repasses no Exterior		-	0,001%	664	0,001%	664	0,001%	664	0,001%	664
Outras obrigações	6,55%	6.851.404	5,39%	4.870.149	4,39%	3.326.531	6,75%	4.057.457	6,56%	3.299.072
Não circulante	3,99%	4.167.736	4,12%	3.729.256	4,05%	3.072.658	3,59%	2.158.714	3,56%	1.792.121
Depósitos	0,72%	756.439	0,57%	513.790	0,45%	343.410	0,29%	176.182	0,76%	381.138
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	1,13%	1.177.742	0,54%	490.899	0,37%	280.791	0,28%	171.094	0,15%	77.040
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais	2,12%	2.218.827	2,29%	2.069.857	2,40%	1.820.895	2,97%	1.785.011	2,58%	1.298.092
Outras obrigações	0,01%	13.728	0,72%	653.508	0,83%	625.571	0,005%	2.767	0,02%	8.564
Resultados de exercícios futuros	0,001%	1.000	0,001%	1.202	0,003%	1.991	0,003%	1.738	0,003%	1.490
Patrimônio líquido	20,40%	21.325.221	20,52%	18.550.300	21,69%	16.441.179	23,78%	14.294.793	24,20%	12.169.651
Capital social Capital	12,86%	13.439.861	13,45%	12.158.243	14,50%	10.991.042	15,85%	9.527.142	16,16%	8.124.171
Reserva de capital	0,06%	67.071	0,06%	54.050	0,05%	38.977	0,10%	58.371	0,07%	37.338
Reserva de lucros	6,20%	6.485.628	5,83%	5.274.546	5,15%	3.904.786	5,17%	3.109.301	4,89%	2.456.890
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumulados	1,27%	1.330.429	1,17%	1.059.800	1,99%	1.509.220	2,66%	1.599.532	3,08%	1.550.353
Reserva de reavaliação	0,001%	873	0,001%	901	0,002%	1.769	0,003%	1.843	0,01%	2.539
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100%	104.538.376	100%	90.413.659	100%	75.815.941	100%	60.112.592	100%	50.285.458

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Analisando a **Tabela 9**, o passivo circulante teve média de 74,05% durante o período pesquisado de 2014 a 2018, destaque para os depósitos que acumularam média de 61,64%. A conta de recursos cambiais apresentou em 2014 percentual de 0,15% atingindo 1,13% em 2018. Seu PL teve média de 22,11% entre 2014 a 2018, enquanto os lucros ou prejuízos apresentaram índice em 2014 de 3,08% ocorrendo diminuição de percentual para 2016 atingindo os 1,99% e em 2018 representando 1,27% do total do passivo e PL.

TABELA 10 - Análise vertical - DRE SICOOB

(Continua)

DRE	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	2015	AV%	2014
Receitas da intermediação financeira	100,00%	12.548.515	100,00%	12.785.541	100,00%	12.241.058	100,00%	9.563.467	100,00%	7.203.138
Operações de crédito	80,44%	10.093.676	73,42%	9.386.991	72,17%	8.834.289	75,43%	7.213.318	76,89%	5.538.725
Resultado com títulos e valores mobiliários	19,12%	2.398.669	26,27%	3.359.005	27,43%	3.358.223	24,14%	2.308.950	22,48%	1.619.090
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-0,01%	-1.269	0,04%	4.605	0,05%	6.654	0,02%	2.219	0,08%	6.117

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

TABELA 10 – Análise vertical – DRE SICOOB

(Continuação)

Despesas da intermediação financeira	-42,42%	-5.323.666	-48,64%	-6.219.329	-53,15%	-6.506.351	-46,73%	-	-44,58%	-
Operações de captação no mercado	-25,12%	-3.151.659	-33,20%	-4.244.754	-37,47%	-4.586.871	-34,97%	4.468.998	-31,98%	3.210.818
Operações de empréstimos e repasses	-1,45%	-181.869	-1,42%	-180.982	-1,79%	-219.570	-1,45%	-138.730	-1,48%	-106.704
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-15,86%	-1.989.595	-14,00%	-1.789.765	-13,89%	-1.699.910	-10,31%	-986.235	-11,12%	-800.822
Resultado bruto da intermediação financeira	57,58%	7.224.849	51,36%	6.566.212	46,85%	5.734.707	53,27%	5.094.469	55,42%	3.992.320
Outras receitas (despesas) operacionais	-29,97%	-3.760.708	-27,56%	-3.523.667	-25,22%	-3.087.718	-27,06%	-	-24,96%	-
Receitas de prestação de serviços	12,48%	1.566.298	10,89%	1.392.273	5,81%	710.987	7,84%	749.399	8,13%	585.702
Rendas de tarifas bancárias	6,08%	763.138	4,84%	619.356	4,11%	502.618	4,31%	411.917	4,69%	337.911
Despesas de pessoal	-24,96%	-3.131.878	-21,47%	-2.745.444	-19,28%	-2.360.067	-20,63%	-	-23,32%	-
Despesas administrativas	-20,33%	-2.551.452	-19,63%	-2.509.267	-17,47%	-2.138.199	-19,49%	1.972.621	-22,14%	1.679.647
Despesas tributárias	-1,84%	-230.607	-1,64%	-210.166	-1,16%	-141.541	-1,14%	-109.475	-1,20%	-86.103
Resultado de participações em controladas e coligadas	0,41%	51.278	0,31%	39.488	0,14%	16.967	0,04%	3.753	0,85%	61.366
Outras receitas operacionais	6,87%	862.514	5,04%	644.659	6,15%	753.165	7,21%	689.270	13,63%	981.867
Outras despesas operacionais	-8,69%	-1.089.999	-5,90%	-754.566	-3,53%	-431.648	-5,19%	-496.528	-5,61%	-403.810
Resultado operacional	27,61%	3.464.141	23,80%	3.042.545	21,62%	2.646.989	26,21%	2.506.344	30,47%	2.194.750
Resultado não operacional	-0,33%	-41.003	-0,10%	-12.402	-0,04%	-4.728	-0,44%	-41.620	0,22%	15.763
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	27,28%	3.423.138	23,70%	3.030.143	21,59%	2.642.261	25,77%	2.464.724	30,69%	2.210.512
Imposto de renda e contribuição social	-1,95%	-244.855	-1,46%	-186.651	-1,42%	-173.807	-1,22%	-117.130	-1,19%	-85.752
Imposto de renda	-1,20%	-151.065	-0,98%	-125.874	-0,79%	-96.972	-0,75%	-71.364	-0,73%	-52.269
Contribuição social	-0,97%	-122.329	-0,80%	-102.917	-0,65%	-79.584	-0,53%	-50.934	-0,49%	-35.516
Crédito fiscal diferido	0,23%	28.539	0,33%	42.140	0,02%	2.749	0,05%	5.168	0,03%	2.033
Participação dos empregados no lucro	-0,73%	-92.138	-0,48%	-61.179	-0,40%	-49.009	-0,46%	-43.913	-0,42%	-29.895
Lucro líquido do exercício	24,59%	3.086.145	21,76%	2.782.313	19,76%	2.419.445	24,09%	2.303.681	29,08%	2.094.865
Juros sobre o capital próprio							-7,19%	-687.177	-6,66%	-479.913

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Segundo a **Tabela 10**, as contas dentre a DRE destacam-se as operações de crédito, em 2014 apresentaram 76,89%, ocorrendo redução de percentual até o ano de 2017 chegando aos 73,42% e apresentando em 2018 percentual 80,44%, as operações de captação no mercado apresentaram declínio ao final do período pesquisado, em 2014 eram 31,98% já em 2018 com representatividade de 25,12%. As despesas de pessoal tiveram média de 21,93% e as despesas administrativas média de 19,81%. O lucro líquido representava 29,08% das receitas em 2014 com declínio para os anos seguintes, apresentando 24,09% em 2015, 19,76% em 2016, ocorrendo evolução para 2017 com percentual de 21,76% fechando o período de 2018 com 24,59%.

TABELA 11 - Análise vertical - Ativo SICREDI

Ativo	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	2015	AV%	2014
Circulante	73,14%	69.534.136	76,53%	59.164.319	76,87%	50.647.474	74,75%	39.249.975	73,80%	33.997.239
Disponibilidades	0,89%	844.155	1,05%	812.722	0,95%	622.658	1,03%	538.690	1,04%	479.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14,51%	13.797.204	17,95%	13.875.888	21,36%	14.075.009	21,81%	11.453.086	23,72%	10.929.447
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	19,69%	18.716.774	19,43%	15.020.302	18,09%	11.920.239	13,24%	6.950.631	8,57%	3.947.621
Relações interfinanceiras	3,36%	3.196.215	2,52%	1.947.111	1,32%	869.253	1,24%	652.703	1,49%	685.928
Operações de crédito	31,41%	29.858.725	32,76%	25.325.946	32,62%	21.492.796	35,04%	18.400.282	37,00%	17.047.312
Outros créditos	2,83%	2.686.926	2,32%	1.795.821	2,09%	1.379.483	2,09%	1.098.122	1,80%	830.468
Outros valores e bens	0,46%	434.137	0,50%	385.740	0,44%	288.036	0,30%	156.461	0,17%	76.604
Não circulante	26,86%	25.538.697	23,47%	18.145.118	23,13%	15.237.368	25,25%	13.256.995	26,20%	12.071.154
Realizável a longo prazo/Aplicações interfinanceiras de liquidez	24,70%	23.479.512	21,31%	16.474.099	20,94%	13.797.864	23,09%	12.126.484	24,28%	11.186.741
Títulos e valores mobiliários	1,75%	1.665.268	1,75%	1.355.528	3,13%	2.061.241	4,41%	2.313.087	3,64%	1.677.508
Operações de crédito	22,81%	21.682.479	19,27%	14.893.790	17,50%	11.529.141	18,37%	9.643.420	20,29%	9.345.757
Outros créditos	0,14%	131.765	0,29%	224.781	0,31%	207.482	0,32%	169.977	0,35%	163.476
Investimentos	0,21%	199.089	0,23%	180.052	0,25%	163.317	0,27%	141.577	0,28%	129.246
Imobilizado	1,49%	1.416.317	1,49%	1.148.984	1,46%	960.708	1,37%	720.642	1,24%	569.824
Diferido e Intangível	0,47%	443.779	0,44%	341.983	0,48%	315.479	0,51%	268.292	0,40%	185.343
Total do ativo	100,00%	95.072.833	100,00%	77.309.437	100,00%	65.884.842	100,00%	52.506.970	100,00%	46.068.393

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Conforme a **Tabela 11**, destacam-se nos ativos circulantes as contas de aplicações interfinanceiras, as quais apresentaram média de 22,29% entre o período de 2014 a 2016, ocorrendo declínio em 2017 com 17,95% e novamente em 2018 apresentando 14,51% de representatividade; a maior representatividade apesar de sofrer queda de percentual dentro do período de 2014 a 2018 são as operações de crédito, em 2014 eram 37% ocorrendo queda até os 31,41% em 2018. No ativo não circulante destaque para a média de 22,86% das aplicações interfinanceiras, já as operações de crédito a longo prazo apresentaram declínio de 2014 (20,29%) para 2016 (17,5%), apresentando em 2018 representatividade de 22,81%. Seus imobilizados apresentaram em 2014 percentual de 1,24%; em 2016 representatividade de 1,46%, já durante o período de 2016 a 2018 média de 1,48%.

TABELA 12 - Análise vertical - Passivo SICREDI

(Continua)

Passivo	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	2015	AV%	2014
Circulante	41,14%	39.108.701	37,79%	29.216.458	35,27%	23.238.002	37,71%	19.799.579	42,60%	19.624.238
Depósitos	29,90%	28.425.816	29,43%	22.754.544	27,13%	17.872.257	27,01%	14.184.168	31,16%	14.355.055

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

TABELA 12 – Análise vertical – Passivo SICREDI

(Continuação)

Captações no mercado aberto	3,13%	2.979.617	0,90%	693.968	0,75%	493.375	2,88%	1.514.623	4,11%	1.891.756
Recursos de aceites e emissão de títulos	0,62%	589.837	0,54%	419.423	0,76%	499.776	0,35%	183.022	0,30%	140.352
Relações interfinanceiras	1,86%	1.765.288	1,56%	1.202.693	0,00%	870	0,00%	302	0,00%	908
Relações interdependências	0,21%	198.942	0,23%	180.561	0,22%	147.868	0,23%	120.766	0,21%	95.722
Obrigações por empréstimos	0,62%	591.741	0,58%	449.261	0,43%	280.075	1,35%	708.181	1,08%	497.745
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1,90%	1.802.447	1,91%	1.478.514	1,80%	1.185.348	1,92%	1.009.460	1,87%	860.953
Outras obrigações	2,90%	2.754.793	2,64%	2.037.433	4,19%	2.758.433	3,96%	2.078.620	3,87%	1.781.148
Não circulante	42,78%	40.673.243	45,28%	35.008.824	47,86%	31.530.482	46,34%	24.331.495	42,36%	19.516.127
Depósitos	33,72%	32.060.594	35,72%	27.612.428	37,95%	25.001.231	35,10%	18.432.437	31,95%	14.720.197
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais	7,72%	7.336.111	7,87%	6.084.595	8,08%	5.320.578	9,30%	4.884.504	9,34%	4.302.761
Outras obrigações	0,32%	306.645	0,42%	324.157	0,40%	265.092	0,34%	180.200	0,36%	165.998
Patrimônio líquido	15,74%	14.961.351	16,50%	12.755.895	16,38%	10.789.314	15,38%	8.076.112	14,48%	6.672.787
Capital social	7,16%	6.810.662	8,08%	6.243.183	8,59%	5.656.234	7,83%	4.108.683	7,60%	3.502.191
Reserva de lucros	7,72%	7.342.761	7,57%	5.855.072	7,08%	4.662.343	7,07%	3.712.135	6,26%	2.884.652
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumulados	0,85%	808.078	0,85%	658.018	0,72%	471.816	0,49%	255.833	0,62%	286.821
Total do passivo e do patrimônio líquido	100,00%	95.072.833	100,00%	77.309.437	100,00%	65.884.842	100,00%	52.506.970	100,00%	46.068.393

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 12**, dentre o passivo circulante se destacam os depósitos apresentando média de 28,92% durante o período pesquisado de 2014 a 2018. Conta de depósitos que é também a de maior representatividade dentre o não circulante com média de 34,88%. Seu PL apresentou percentual de 14,48% em 2014, em 2017 representatividade de 16,5%, ocorrendo declínio em 2018 com percentual de 15,74%, as reservas de lucros apresentaram média de 7,36% entre 2015 para 2018. A conta de lucros ou prejuízos apresentou queda de representatividade de 0,62% em 2014 para 0,49% em 2015, fechando o período em 2018 com representatividade de 0,85%.

TABELA 13 - Análise vertical - DRE SICREDI

(Continua)

DRE	AV%	2018	AV%	2017	AV%	2016	AV%	2015	AV%	2014
Receitas da intermediação financeira	100,00%	11.084.435	100,00%	10.840.262	100,00%	10.703.012	100,00%	8.655.184	100,00%	6.579.141
Operações de crédito	78,66%	8.719.306	71,41%	7.741.210	66,53%	7.120.631	69,74%	6.035.956	73,99%	4.868.086
Resultado com títulos e valores mobiliários	20,05%	2.222.158	27,66%	2.998.949	32,84%	3.515.355	28,96%	2.506.886	24,69%	1.624.581
Despesas da intermediação financeira	-37,59%	-4.166.468	-43,32%	-4.695.790	-49,98%	-5.349.602	-53,05%	-4.591.172	-47,15%	-3.101.836
Operações de captação no mercado	-25,07%	-2.778.619	-31,96%	-3.464.758	-37,03%	-3.963.531	-34,66%	-2.999.724	-31,95%	-2.101.792

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

TABELA 13 – Análise vertical – DRE SICREDI

(Continuação)

Operações de empréstimos e repasses	-3,27%	-362.201	-2,15%	-232.946	-0,49%	-52.087	-3,80%	-328.603	-2,11%	-138.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-9,25%	-1.025.648	-9,21%	-998.086	-12,46%	-1.333.522	-14,59%	1.262.845	-13,09%	-861.479
Resultado bruto da intermediação financeira	62,41%	6.917.967	56,68%	6.144.472	50,02%	5.353.410	46,95%	4.064.012	52,85%	3.477.305
Outras receitas (despesas) operacionais	-33,69%	-3.734.337	-31,36%	-3.399.638	-28,32%	-3.031.359	-26,40%	2.284.615	-29,07%	-1.912.813
Receitas de prestação de serviços	17,46%	1.935.665	14,43%	1.564.264	12,08%	1.293.285	12,89%	1.115.992	15,07%	991.694
Despesas de pessoal	-21,85%	-2.421.895	-19,77%	-2.142.820	-17,81%	-1.906.567	-17,70%	1.531.741	-19,88%	-1.308.005
Despesas administrativas	-19,90%	-2.206.068	-17,68%	-1.916.350	-15,44%	-1.652.754	-15,40%	1.332.657	-17,12%	-1.126.286
Despesas tributárias	-1,01%	-112.336	-0,83%	-89.556	-0,67%	-71.439	-0,70%	-60.599	-0,80%	-52.956
Resultado de participações em controladas e coligadas	0,14%	15.921	0,16%	16.986	0,18%	19.346	0,18%	15.972	0,20%	12.964
Outras receitas operacionais	5,94%	658.055	3,92%	424.480	4,75%	508.668	3,50%	302.921	2,23%	146.751
Outras despesas operacionais	-14,47%	-1.603.679	-11,59%	-1.256.642	-11,42%	-1.221.898	-9,18%	-794.503	-8,77%	-576.975
Resultado operacional	28,72%	3.183.630	25,32%	2.744.834	21,70%	2.322.051	20,56%	1.779.397	23,78%	1.564.492
Imposto de renda e contribuição social	-0,72%	-80.176	-0,64%	-69.446	-0,80%	-85.822	-1,05%	-91.195	-1,13%	-74.504
Imposto de renda	-0,39%	-43.502	-0,36%	-39.020	-0,48%	-51.028	-0,62%	-54.061	-0,69%	-45.453
Contribuição social	-0,32%	-35.750	-0,29%	-31.035	-0,39%	-41.228	-0,42%	-36.386	-0,44%	-28.780
Crédito fiscal diferido	-0,01%	-924	0,01%	609	0,06%	6.434	-0,01%	-748	0,00%	-271
Participação no lucro	-2,88%	-319.483	-2,41%	-261.785	-2,02%	-216.576	-2,30%	-199.108	-2,70%	-177.360
Lucro líquido do exercício	24,51%	2.716.877	21,64%	2.346.216	18,28%	1.956.955	16,61%	1.437.987	19,23%	1.264.841

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 13**, as contas dentre a DRE destacam-se as operações de crédito, em 2014 apresentaram 73,99%, no ano de 2017 representatividade de 71,41%; apresentando em 2018 percentual de 78,66%, as operações de captação no mercado apresentaram representatividade em 2014 de 31,95% já em 2018 representatividade de 25,07%. As despesas de pessoal tiveram média de 18,79% entre 2014 a 2017, apresentando em 2018 percentual de 21,85%, as despesas administrativas apresentaram em 2014 (17,12%), com percentual em 2016 de 15,44%, fechando o período em 2018 com 19,9%. O lucro líquido representava 19,23% das receitas em 2014, apresentando para os anos seguintes; 16,61% em 2015, 18,28% em 2016, 21,64% em 2017 e 24,51% fechando o período em 2018.

4.2 Índices de liquidez

Apresentação das **Tabelas 14 e 15** demonstram os resultados dos índices de liquidez, diante as publicações anuais dos sistemas Cooperativos de Crédito do SICOOB e SICREDI, onde se pode evidenciar a avaliação da capacidade financeira em honrar os compromissos com terceiros e quanto se dispõe de bens e direitos em relação as obrigações assumidas no mesmo período.

TABELA 14 - Índices de liquidez SICOOB

ÍNDICES DE LIQUIDEZ SICOOB	2014	2015	2016	2017	2018
CORRENTE	0,64	0,71	0,73	0,81	0,81
IMEDIATA	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
GERAL	1,32	1,31	1,28	1,26	1,26

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Segunda a **Tabela 14**, a liquidez corrente da cooperativa se observa que a mesma possui um crescimento relevante de 0,17 comparado o período de 2014 para 2018. Crescimento esse ocorrido com relação da diminuição de passivo de curto prazo em relação aos seus ativos. Os índices monetários imediatos da empresa se apresentam insuficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, porém Hoji (2014) lembra que as disponibilidades são recursos imediatamente disponíveis e as obrigações podem ser compostas de dividas entre 15, 30 ou até 365 dias, índices esses devido à particularidade apresentada pelo baixo valor em caixa. Quando analisado a liquidez geral, observa-se que a empresa seria capaz de honrar suas obrigações em caso de liquidação. Conforme afirma Hoji (2014), a Cooperativa apresenta índice superior a R\$ 1,00, variando entre 1,32 a 1,26, porém, esse indicador vem diminuindo ao longo dos anos analisados, com uma queda de 0,06, quando comparado o período de 2014 para 2018. Analisando o passivo circulante da mesma, em especial a conta de depósitos é possível justificar a baixa liquidez, pois seus ativos de aplicações e operações de crédito tiveram evoluções dentro do período e, conforme Fortuna (2013), são as principais fontes de recursos das instituições financeiras atuantes do mercado de crédito.

TABELA 15 - Índices de liquidez SICREDI

ÍNDICES DE LIQUIDEZ SICREDI	2014	2015	2016	2017	2018
CORRENTE	1,73	1,98	2,18	2,03	1,78
IMEDIATA	0,02	0,03	0,03	0,03	0,02
GERAL	1,18	1,19	1,20	1,20	1,19

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 15**, a liquidez corrente da cooperativa apresentou variações a cada ano dentro do período pesquisado, tendo crescimento de 2014 para 2016 de 0,45 de liquidez, porém de 2016 para 2018 este índice apresentou redução de 0,40 de liquidez, ainda assim mantendo o quadro de evolução se comparado com o ano de 2014. Hoji (2014) afirma que a

liquidez corrente é o melhor indicador de pagamento das organizações, indicando quanto a Cooperativa teria de ativos conversíveis em dinheiro de curto prazo para liquidações de dívidas a curto prazo. Quando analisando a liquidez geral, a mesma apresenta evolução de 0,01 de 2014 para 2016 por ano, tendo involução de 2017 para 2018 de 0,01. Isso representa estabilidade entre ativos e passivos, ou seja, o planejamento para liquidez geral da cooperativa se manteve. Dessa forma, a Cooperativa de Crédito do SICREDI, conforme Hoji (2014), possui bens e direitos suficientes para liquidações financeiras a longo prazo.

4.3 Índices de estrutura de capital

Apresentação das **Tabelas 16 e 17** demonstram os resultados dos índices de estrutura de capital, diante as publicações anuais dos sistemas Cooperativos de Crédito do SICOOB e SICREDI, onde se pode evidenciar a participação de recursos de terceiros em relação aos recursos totais e a composição do endividamento que indica quanto da dívida total vence no curto prazo.

TABELA 16 - Índices de estrutura de capital SICOOB

ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO SICOOB	2014	2015	2016	2017	2018
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	76%	76%	78%	79%	80%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	95%	95%	95%	95%	95%

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Segundo a **Tabela 16**, o financiamento de terceiros no ativo da cooperativa apresenta 76% de PCT em 2014 atingindo os 80% em 2018, conforme Fortuna (2013) a principal atividade das instituições financeiras é a captação de recursos de seus associados, os poupadores, e emprestar em forma de seus serviços e produtos resultando em uma participação de capital de terceiros elevada, assim como o alto índice de endividamento que se manteve sobre o período devido as captações devidas de seu exigível total junto as contas de depósitos e captações.

TABELA 17 - Índices de estrutura de capital SICREDI

ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO SICREDI	2014	2015	2016	2017	2018
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	85%	84%	85%	83%	84%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	50%	45%	42%	45%	49%

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 17**, a PCT do sistema SICREDI apresenta 85% de PCT em 2014 atingindo involução de 1% para 2018, porém justificada nas afirmações de Fortuna (2013), quanto as operações feitas pelas instituições financeiras no mercado por sua atividade de captação de recursos para fornecer produtos e serviços. Já sua composição de endividamento é mais conservadora se comparado ao Sistema Cooperativo do SICOOB, atingindo involução de 2014 para 2015 de 8%; apresenta evolução entre 2017 e 2018 chegando a casa dos 49%, 1% menor que 2014 seu primeiro ano analisado.

4.4 Índices de rentabilidade

Apresentação das **Tabelas 18 e 19** demonstram os resultados dos índices de rentabilidade, diante as publicações anuais dos sistemas Cooperativos de Crédito do SICOOB e SICREDI, onde se pode evidenciar o quanto a empresa obtém de resultado em relação a seus investimentos totais e a remuneração do capital próprio investido na empresa.

TABELA 18 - Índices de rentabilidade SICOOB

ÍNDICES DE RENTABILIDADE SICOOB	2014	2015	2016	2017	2018
ROE	17,21%	16,12%	14,72%	15%	14,47%
ROI	4,17%	3,83%	3,49%	3,37%	3,31%

Fonte: Adaptado de SICOOB (2019).

Segundo a **Tabela 18**, o ROE do SICOOB sofreu involução de 2,74% de 2014 para 2018, havendo evolução de 2016 para 2017 de 0,28%, porém é importante ressaltar que o PL acumulou 75,23% de evolução durante o período enquanto o resultado líquido não passou dos 47,32%. O retorno sobre o investimento sofreu involução de 0,86%, diminuindo seu resultado em relação a seus investimentos, porém se justifica em relação a evolução de seu ativo total que apresentou 107,89% durante o período e seu resultado apresentou evolução de 47,32%.

TABELA 19 - Índices de rentabilidade SICREDI

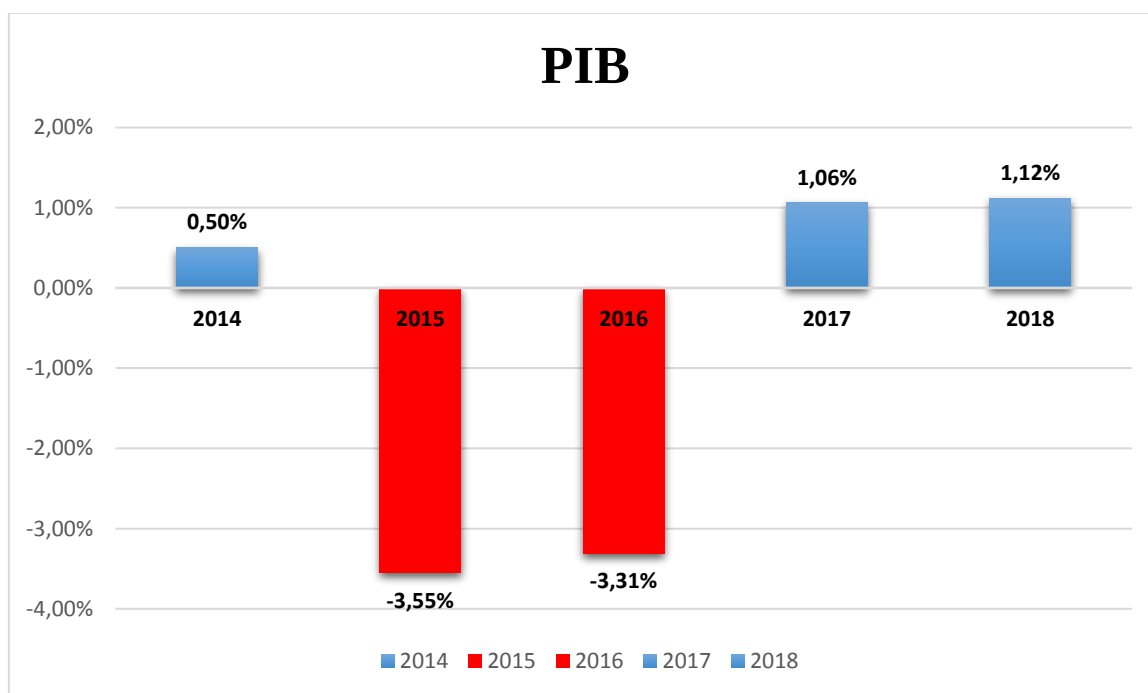
ÍNDICES DE RENTABILIDADE SICREDI	2014	2015	2016	2017	2018
ROE	18,96%	17,81%	18,14%	18,39%	18,16%
ROI	2,75%	2,74%	2,97%	3,03%	2,86%

Fonte: Adaptado de SICREDI (2019).

Segundo a **Tabela 19**, o ROE do SICREDI apresentou involução de 1,15% para 2015, ocorrendo evolução de 0,33% para 2016 atingindo 18,16% de retorno sobre o capital investido, acumulando involução de 0,8% durante o período. O retorno sobre o investimento apresentou evolução de 0,28% de 2014 para 2017, ocorrendo involução de 0,17% para 2018, apresentando evolução em relação a seus investimentos totais. Cabe justificar que a recessão do mercado pós 2014, conforme comparações ao PIB, explique as involuções ocorridas e ainda assim a capacidade do sistema SICREDI de gerar lucros junto à evolução de seus ativos totais.

4.5 Evolução do PIB

Figura 2 - Evolução do PIB



Fonte: Adaptado IBGE (2019).

Segundo a **Figura 2**, o PIB brasileiro teve evolução de 0,5% em 2014, porém para os dois anos seguintes o país apresentou resultados negativos, fechando o ano de 2015 com -3,55% e em 2016 -3,31% gerando involuções por dois anos consecutivos, algo inédito na economia do país conforme gráficos estatísticos apresentados pelo IBGE. Em 2017 houve evolução de 1,06%, fechando o ano de 2018 com 1,12%. O PIB é um indicador de representatividade da economia brasileira que corresponde a soma de todos os bens e serviços produzidos internamente no país, o qual movimenta e estimula todo o mercado nacional (IBGE, 2019).

4.6 Parecer final

A análise para verificação de evolução dos sistemas Cooperativos de Crédito, SICOOB e SICREDI, foram realizadas com base nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, para que por meio dos indicadores de análise horizontal e vertical, estrutura de capital, liquidez e rentabilidade fossem identificadas tais evoluções perante o cenário econômico brasileiro com base no PIB brasileiro.

Conforme Hoji (2014), os índices de liquidez indicam quanto as organizações dispõem para liquidação de dívidas de curto e longo prazos. Nesse aspecto, o SICOOB apresentou uma insuficiência de ativos circulantes para honrar seus passivos circulantes, para cada R\$ 1,00 de PC, a Cooperativa apresentou um valor médio de R\$ 0,74 de liquidação, porém a cooperativa possui bens e direitos suficientes para as liquidações a longo prazo, R\$ 1,28 para cada R\$ 1,00 de dívidas a longo prazo. Já o sistema SICREDI possui ativos suficientes para as liquidações de curto prazo, apresentando média de R\$ 1,94 de liquidez de curto prazo e também bens e direitos para liquidação a longo prazo, com média de R\$ 1,19 para cada R\$ 1,00 em liquidações a longo prazo.

Quanto aos índices de estrutura de capital, as Cooperativas são Instituições Financeiras com essência voltada para o desenvolvimento econômico e financeiro dos mesmos (FGCoop, 2019). Assim, as Cooperativas apresentam alto índice de participação de capital de terceiros na composição de suas demonstrações financeiras, uma vez que esses terceiros são os financiadores para prestação dos serviços financeiros prestados pelas instituições Cooperativas de Crédito (FORTUNA, 2013). Conforme apura o FGCoop (2016), as cooperativas de crédito são instituições de Capital Social do fundo das cotas partes, onde seus associados são os próprios acionistas do sistema cooperativo de crédito, onde se destinam fundos de reservas garantidores.

Assim, Assaf Neto (2012), diz que é importante entender os indicadores de avaliação como medidas que embutem uma tendência de desempenho, indicando os potenciais pontos fortes e fracos da instituição e despertando a atenção do analista para os aspectos que demandam maior avaliação. Conforme descreve o autor, foram realizadas as análises horizontais para verificação da evolução dos sistemas Cooperativos de Crédito do SICOOB e do SICREDI para constatação em números reais de tais variações. O Sistema Cooperativo SICOOB apresentou evolução de 107,89% entre 2014 e 2018, e os principais fatores que contribuíram para essa evolução foram as aplicações financeiras realizadas dentro do sistema que saltaram de 2.467.213 milhões de reais em 2014 para 17.182.228 milhões de reais em 2018, assim como as

operações de crédito realizadas pelo sistema, as quais incluem a maior parte em relação a seus ativos. Da mesma forma atuante, o SICREDI evoluiu 106,37% no período analisado, saltando de 46.068.393 milhões de reais em 2014 para 95.072.833 milhões de reais em 2018. Saldo significativo para as operações de crédito a longo prazos que tiveram evolução de 132% dentro do período analisado.

Portanto, os fatos de comprovação de evolução dos sistemas cooperativos de crédito são ainda mais relevantes quando comparados suas demonstrações de resultados mediante as variações do PIB brasileiro do mesmo período. Além disso, o PIB teve queda em seu indicador saindo de 0,5% em 2014 para -3,55% em 2015, enquanto o lucro líquido do sistema SICOOB teve evolução de 9,97% e o SICREDI apresentou 13,69%. Já para 2017, pós recessão, o PIB teve evolução fechando seu indicador em 1,06%, enquanto o SICOOB teve evolução de 15% e o SICREDI, evolução de 19,89%. Logo, em 2018, houve evolução do PIB chegando aos 1,12%, enquanto o SICOOB apresentou evolução de 10,92% em seu lucro líquido e o SICREDI 15,8% no ano de 2018. Dessa forma, os dados apresentados afirmam que as instituições cooperativas de crédito do SICOOB e do SICREDI estão evoluindo mais que a atividade industrial brasileira.

4.7 Síntese dos resultados e discussão

Através dos resultados encontrados nas análises financeiras, percebe-se a evolução das Cooperativas de Crédito do SICREDI e do SICOOB no período de 2014 a 2018 conforme **Tabela 20 e Tabela 21, Figura 3 e Figura 4** evidenciando os efeitos para tal evolução.

TABELA 20 - Evolução

SICREDI					SICOOB				
	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18		2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
FATURAMENTO	31,55%	23,66%	1,28%	2,25%	FATURAMENTO	32,77%	28,00%	4,45%	-1,85%
LUCRATIVIDADE	13,69%	36,09%	19,89%	15,80%	LUCRATIVIDADE	9,97%	5,03%	15,00%	10,92%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

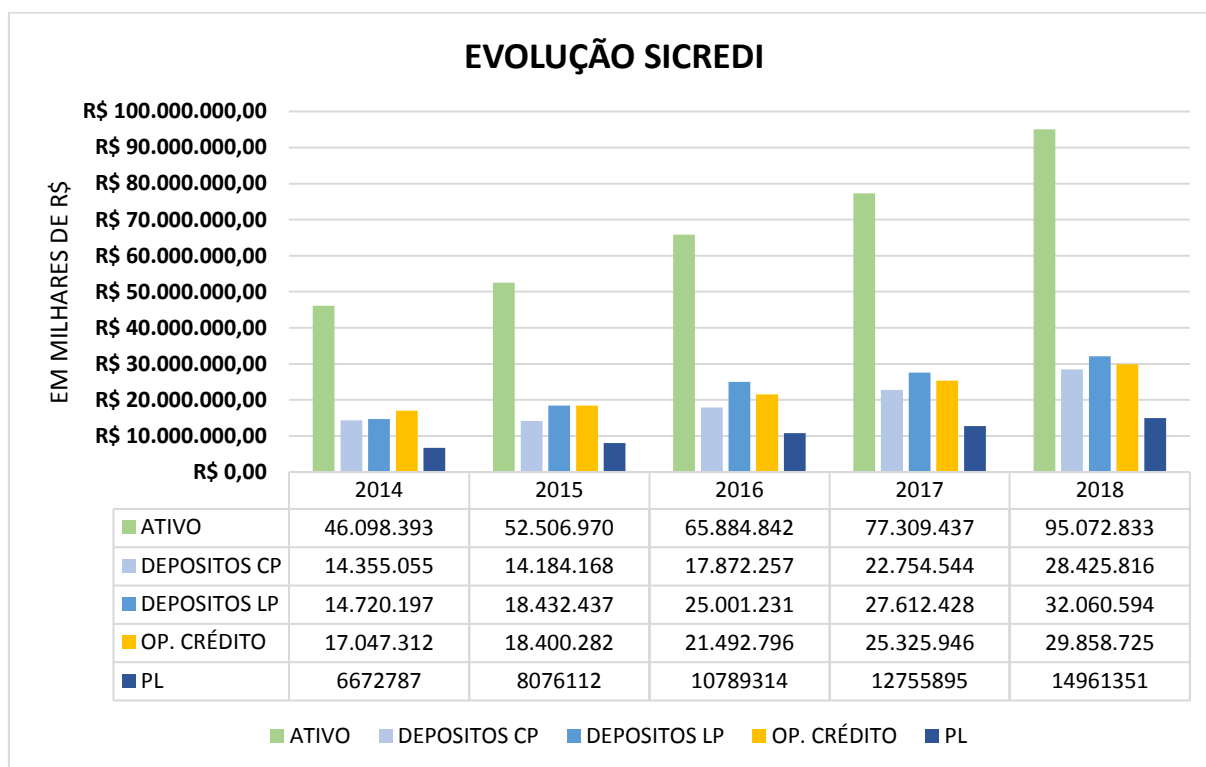
O faturamento da Cooperativa de Crédito do SICREDI evoluiu 68,48%, resultando em 114,8% de evolução em sua lucratividade; já a Cooperativa de Crédito do SICOOB teve evolução de faturamento de 74,21% resultando em 47,32% de lucratividade durante o período de 2014 a 2018.

TABELA 21 - Evolução do PIB

	2014	2015	2016	2017	2018
PIB	0,50%	-3,55%	-3,31%	1,06%	1,12%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme análises discutidas, a partir da **Tabela 21** em comparação as **Tabelas 19** e **20**, pode-se afirmar que as Cooperativas de Crédito apresentaram evolução superior a atividade econômica brasileira entre os anos de 2014 a 2018, apresentando ainda rentabilidade e capacidade de solvência.

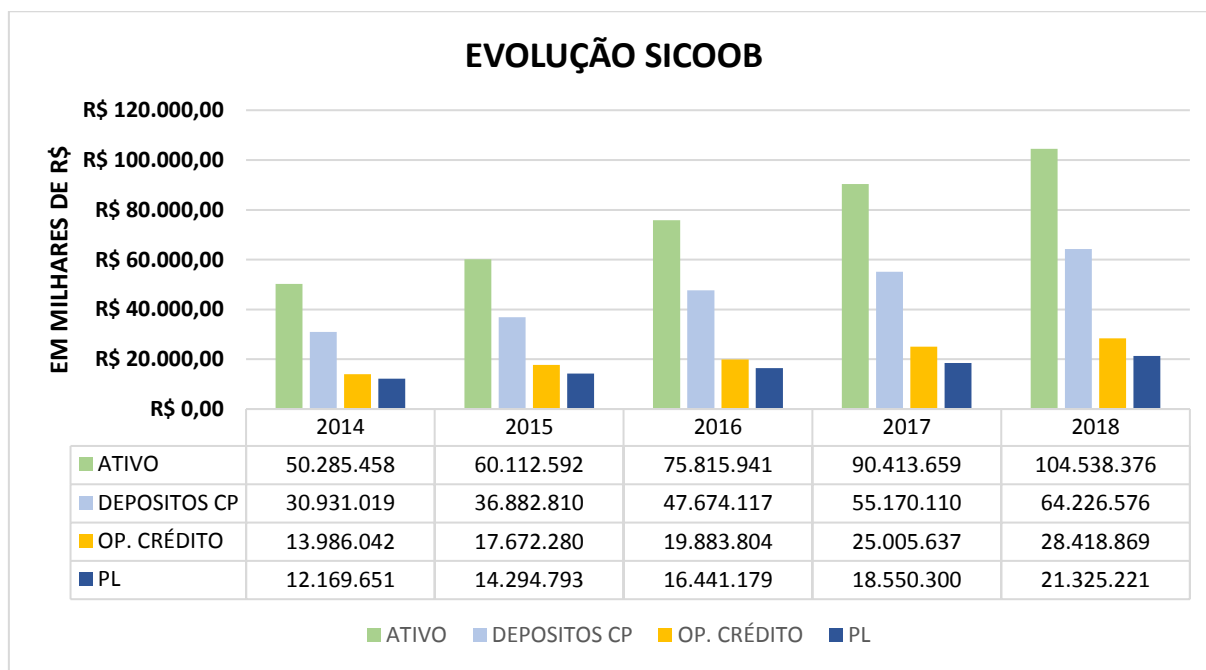
Figura 3 - Evolução – Cooperativa de Crédito SICREDI

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme **Figura 3** a Cooperativa de Crédito do SICREDI apresentou evolução de 106,37% em seus ativos totais, assim como os depósitos de curto e longo prazo, que apresentaram evolução de 98,02% e 117,8% respectivamente, ocasionando um desenvolvimento financeiro capaz de atender à uma maior demanda na busca dos serviços oferecidos pela Cooperativa. O que ocasionou em evolução nas operações de crédito, que apresentaram evolução de 75,15% resultando em maiores resultados financeiros ao sistema,

ocasionando crescimento ao capital devido aos sócios, ou seja, ao PL que teve evolução de 124,21% durante o período de 2014 a 2018.

Figura 4 - Evolução – Cooperativa de Crédito SICOOB



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme **Figura 4** a Cooperativa de Crédito do SICOOB apresentou evolução de 107,89% em seus ativos totais, assim como os depósitos de curto que apresentaram evolução de 107,64%, ocasionando um desenvolvimento financeiro capaz de atender à uma maior demanda na busca dos serviços oferecidos pela Cooperativa, porém o fato do SICOOB apresentar alto valor no número de depósitos de curto prazo resultou em um índice inferior a R\$ 1,00 em sua liquidez corrente, apresentando média de R\$ 0,74 de solvência, contudo o índice teve evolução de R\$ 0,17 durante o período, ocasionando em evolução nas operações de crédito, que apresentaram evolução de 103,19% resultando em maiores resultados financeiros ao sistema, o que gerou crescimento ao capital devido aos sócios, ou seja, ao PL que teve evolução de 75,23% durante o período de 2014 a 2018.

5 CONCLUSÃO

A análise fundamentalista foi realizada com base nas demonstrações financeiras dos Sistemas Cooperativos de Crédito do SICREDI e do SICOOB findos dos exercícios em 31 de dezembro de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018; através dos indicadores financeiros com o objetivo de verificar a evolução das Cooperativas perante transição de governo e recessão econômica.

Isso foi possível através do levantamento bibliográfico acerca do tema, aplicação e análise dos dados obtidos nos documentos institucionais.

Foram realizados os cálculos de análise horizontal para verificação de evolução/involução durante o período de 2014 a 2018, análise vertical com o intuito de verificar a composição de cada conta representada nas demonstrações financeiras e qual sua participação em relação ao todo, foram também calculados os índices de Participação de Capital de Terceiros e a Composição de Endividamento das Cooperativas para analisar o grau de dependência em relação a terceiros, assim como os índices de liquidez que refletem a capacidade financeira das instituições em liquidar as demandas de curto, médio e longo prazo, medindo a solvência das instituições e ainda os índices de rentabilidade que indicam o quanto as instituições detêm de resultado em relação a seus investimentos totais e a remuneração do capital próprio investido na empresa.

Com base nos resultados encontrados através da realização dos cálculos dos indicadores financeiros constatou-se que ambas as Cooperativas de Crédito, SICREDI e SICOOB, evoluíram seus ativos em 106,37% e 107,89% respectivamente durante o período com principal participação para essa evolução devido as captações de recursos financeiros de depósitos e aplicações junto as instituições, ocasionando evolução em suas operações de crédito e resultando em evoluções de resultados.

O SICOOB apresentou evolução de 77,5% de faturamento de 2014 para 2017, ocorrendo involução de -1,85% em 2018, porém suas operações de crédito apresentaram evolução de 7,53% para 2018 resultando em um lucro líquido de 10,92% superior a 2017, em contrapartida o PIB brasileiro teve evolução de 0,5% em 2014, porém para os dois anos seguintes o país apresentou resultados negativos, fechando o ano de 2015 com -3,55% e em 2016 com -3,31%, ocorrendo evolução em 2017 com índice de 1,06% e 1,12% em 2018, ou seja, a instituição financeira do SICOOB apresentou evolução superior ao PIB entre os anos de

2014 a 2017, ocorrendo evolução inferior a atividade econômica brasileira apenas no ano de 2018.

O SICREDI apresentou evolução de 68,48% de faturamento durante o período analisado de 2014 a 2018, média de 17,12% ao ano, apresentando evolução superior ao PIB durante todo o período analisado, ou seja, a Cooperativa de Crédito do SICREDI evoluiu seu faturamento mais que a atividade econômica brasileira. Podendo-se afirmar que os resultados das Cooperativas de Crédito analisadas foram superiores a atividade econômica no país, baseada em um número significativo de 82,24% de evolução nas operações de crédito da Cooperativa do SICOOB e 79,11% de evolução em operações de crédito da Cooperativa do SICREDI, porém apresentam alta dependência de capital de terceiros, fato este devido a particularidade onde as instituições do mercado de crédito se utilizam destes mesmos recursos para prestação de serviços para suprir as necessidades de capital de giro e financiamentos de bens e serviços.

A Cooperativa de Crédito do SICREDI apresentou em seus índices de liquidez capacidade de honrar seus compromissos no médio e longo prazos, indicando capacidade de solvência, sempre com índices maiores que R\$ 1,00, os quais são considerados suficientes para a solvência da instituição; já a Cooperativa de Crédito do SICOOB apresenta índice para as liquidações de curto prazo com valor médio de R\$ 0,74 para cada R\$ 1,00 de dívida; valor considerado insuficiente para liquidação, porém esse índice vem crescendo durante o período analisado, crescimento esse devido a diminuição de passivo de curto prazo em relação aos seus ativos, apresentando solvência para as liquidações de longo prazo, média de R\$ 1,28 para cada R\$ 1,00.

As instituições de Crédito são Cooperativas que não trabalham com a maximização dos lucros, porém a Cooperativa de Crédito do SICREDI manteve uma média de 18,29% de retorno sobre o capital investido e ainda apresentou evolução de 0,28% de 2014 para 2017 em relação a seus investimentos totais, período onde a recessão do PIB se deu mais alta, apresentando índices de atividade econômica de -3,55% em 2015 e -3,31% em 2016, reflexo de eficiência e planejamento por parte da Cooperativa, por outro lado o SICOOB apresentou involução de 2,74% de retorno sobre o capital investido e 0,86% em relação aos investimentos totais, reflexo do aumento de despesas de intermediação financeira, ou seja, valorização do capital aplicado por parte de seus cooperados, o que também contribuiu para a evolução de seus ativos possibilitando assim maiores realizações de operações de crédito.

A partir das análises e discussão dos resultados, pôde-se concluir ao terceiro objetivo específico e responder à questão de investigação. Concluiu-se que as Cooperativas de Crédito do SICREDI e do SICOOB tiveram um crescimento superior a atividade econômica brasileira;

por consequência de melhores prestações de serviços, melhor desenvolvimento financeiro e pela gestão socioeconômica estável e justa praticada capazes de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social e com isso aumentado seus números positivamente, sendo superiores as variações do PIB Brasileiro do mesmo período conforme embasamento da OCB (2019).

Para enriquecimento do tema e constatação de satisfação dos associados e clientes das Cooperativas de Crédito, sugere-se que seja realizado uma pesquisa de satisfação de clientes em relação aos serviços e atendimentos prestados, assim como os benefícios introduzidos nas comunidades onde as instituições Cooperativas atuam e o desenvolvimento econômico e social transformadores deste sistema.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Economia Monetária e Financeira**. 2ª ed. Escolar Editora, Lisboa. 2012.

ARBERGONI, Leide. **Introdução a economia**: aplicações no cotidiano. 1ª ed. São Paulo. Atlas. 2015

ARAI, Carlos. **Análise de crédito e risco**. São Paulo; Pearson Education do Brasil, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanço: Enfoque Econômico Financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em:< http://www.ocb.org.br/site/agencia_noticias. Maio 2011>. Acesso em: 20 jun.2019.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração financeira**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Macroeconomia**. 1ª ed. Editora FGV, 2017.

BITTENCOURT, Marieli; MAUCH PALMEIRA, Eduardo. **Gestão Financeira**. Observatório de la Economia Latino americana: 2012. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/12/bmp.html>>; Acesso em: 20 abr. 2019.

CAPES. Banco de Teses. **Bibliometria da palavra “Análise fundamentalista”**. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

COSTA, F. N. **Economia Monetária e Financeira**. SP, MAKRON Books, 3ª ed. 2012.

COTAÇÃO, DTVM. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.cotacao.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

CRESPO, Sílvia Guedes. **Ranking: casas de câmbio**. Disponível em:<<https://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/01/23/ranking-as-casas-de-cambio-com-as-menores-taxas-destas-ferias/>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

ELDER, A. **Aprenda a operar no mercado de ações: sala de comercio.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinidade na pesquisa científica.** 1 ed. Campinas-SP; Papirus Editora, 2017.

FGCOOP - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito. **Cooperativas de Crédito.** 2019. Disponível em: <<http://www.fgcoop.coop.br/cooperativa-de-credito>>; Acesso em: 10 ago. 2019.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** 20ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Qualitymark, 2013.

FRANCO, L. **Marketing sustentável.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira: essencial.** 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: Matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial.** 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto – PIB.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.> Acesso em: 19 out. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.** 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2012.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Do original: **Macroeconomics.** Tradução autorizada do idioma inglês da edição publicada por Worth Publishers Copyright. Elsevier Editora, 2015.

MALHOTRA, Naresh k. et al. **Introdução à pesquisa de Marketing.** São Paulo, Prentice Hall 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 11ª ed. São Paulo. Atlas. 2015

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 127 p. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=metodologia&searchpage=1&filtr=todos&from=busca&page=-7&ion=0#/legacy/3063>>. Acesso em: 25 maio 2019.

MASO, L. **Marketing de relacionamento**. Revista de administração e ciências contábeis, v. 5, n. 10, 2014.

MATARAZZO, Carmine Danta. **Análise Financeira de Balanços**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado Financeiro e de Capitais**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MELO SOBRINHO et. al. Abelardo Duarte de. **Governança cooperativa**: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Banco Central do Brasil. Brasília, fevereiro, 2012.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de Indicadores Sócio-Econômicos na Avaliação Financeira de Cooperativas Agropecuárias**. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada. 2012.

OCB. **Cooperativismo (2019)**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**. 8ª ed. Atlas, 2012.

PEREIRA, Valter. **Finanças**. 1ª edição. São Paulo: Pearson education do Brasil. 2015

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PRADO, Jonatan Dessbesell. **O Perfil de Investidor: Estudo de Caso na Cooperativa**. Sicredi Panambi – RS. UNIJUI /DACEC. 2ª ed. 2013

PRODANOV, C.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, C. E.; TRICHES, D. **Seleção e composição de uma carteira de ações com base na técnica grafista**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 3, n. 1, PP 1-26. 2012. Acesso em: 05 mar. 2019.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativas de Crédito: Instrumento de Organização Econômica da Sociedade**. 2ª ed. Porto Alegre: Rigel, 2012.

SECURATO, J. R.; SECURATO, J. R. Junior. **Mercado financeiro e análises de investimento**. 5ª ed. Saint Paul. São Paulo, 2012.

SICCOOB – **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.sicoob.com.br/o-sicoob/apresentacao>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SICREDI – **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/site/quem-somos>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. Brasília: ANPAD, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf&sa=U&ved=0ahUKEwj1n4aEqvTMAhXEjz4KHavdC44QFggcMAc&usg=AFQjCNG03_P4FiCpB3aiablGd8ajm2LEAA>; Acesso em: 25 maio 2016.

SILVA, E. da.L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Jose Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOTOMAYOR, Ana Maria; MARQUES, Ana Cristina. **Macroeconomia – Mercado Monetário**. 2 ed. Lisboa. 2015.

WEIL, L. Roman; CSHIPPER, Katherine; FRANCIS, Jennifer. **Contabilidade financeira: introdução aos conceitos, métodos e aplicações**. 2ª ed. São Paulo: Câmara brasileira do livro. Cengage Learning. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2014/2015 - ATIVO

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Ativo	2015	2014
Circulante	30.852.719	23.365.494
Disponibilidades (Nota 5)	502.357	458.704
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	5.267.529	2.467.213
Aplicações no mercado aberto	4.299.090	2.265.777
Aplicações em depósitos interfinanceiros	964.947	201.436
Aplicações em depósitos de poupança	3.492	-
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7 (b))	3.826.332	3.679.080
Carteira própria	3.620.404	2.302.952
Vinculados a compromissos de recompra	-	300.447
Vinculados à prestação de garantias	181.866	1.018.594
Instrumentos financeiros derivativos	24.062	57.087
Relações interfinanceiras (Nota 8)	259.152	383.246
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.397	4.037
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	226.534	371.958
Relações com correspondentes	104	208
Outros	31.117	7.043
Relações interdependências	10.496	13.527
Relações interdependências	10.496	13.527
Operações de crédito (Nota 9 (a))	17.672.280	13.986.042
Operações de crédito - Setor privado	18.438.414	14.519.313
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (d))	(766.134)	(533.271)
Outros créditos	2.735.527	1.921.546
Rendas a receber	172.361	146.344
Avals e fianças	18.931	1.479
Negociação e intermediação de valores	673	3
Diversos (Nota 10(a))	2.588.827	1.821.705
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (b))	(45.265)	(47.985)
Outros valores e bens (Nota 12)	579.046	456.136
Outros valores e bens	533.627	415.455
Despesas antecipadas	45.419	40.681
Não circulante	29.259.873	26.919.964
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	9.868	1.256.251
Aplicações no mercado aberto	-	818.107
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.868	438.144
Títulos e valores mobiliários (Nota 7 (b))	10.369.416	8.544.528
Carteira própria	6.413.433	6.106.101
Vinculados a compromissos de recompra	125.911	38.491
Vinculados à prestação de garantias	3.830.072	2.399.936
Operações de crédito (Nota 9 (a))	17.167.824	15.903.323
Operações de crédito - Setor privado	17.912.090	16.509.763
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (d))	(744.266)	(606.440)
Outros créditos	338.960	53.204
Diversos (Nota 10(a))	353.023	53.235
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (b))	(14.063)	(31)
Investimentos (Nota 13)	298.444	225.711
Participações em coligadas e controladas	44.286	15.765
Ações e cotas	241.847	204.332
Outros investimentos	12.311	5.614
Imobilizado (Nota 14)	978.840	821.304
Imóveis de uso	535.854	416.050
Outras imobilizações de uso	928.546	793.900
(-) Depreciações acumuladas	(485.560)	(388.646)
Diferido e Intangível (Nota 14)	96.521	115.643
Gastos de organização e expansão	107.918	135.804
Softwares	151.623	131.570
(-) Amortizações acumuladas	(163.020)	(151.731)
Total do ativo	60.112.592	50.285.458

ANEXO B – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2014/2015 – PASSIVO

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Passivo	2015	2014
Circulante	43.659.086	36.400.727
Depósitos (Nota 15)	36.882.810	30.931.019
Depósitos à vista	6.583.385	5.984.416
Depósitos de poupança	2.747.376	2.550.326
Depósitos interfinanceiros	2.447.297	2.321.631
Depósitos sob aviso	839.421	841.252
Recibo de depósito cooperativo	24.246.675	19.202.611
Depósitos a prazo	18.643	30.771
Outros	13	12
Obrigações por operações compromissadas (Nota 16)	93.032	105.069
Carteira própria	10.192	607
Carteira de terceiros	82.840	104.462
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Nota 17)	444.988	255.647
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	444.988	255.647
Relações interfinanceiras (Nota 18)	11.332	45.415
Recebimentos e pagamentos a liquidar	221	24.336
Relações com correspondentes	1.829	2.608
Outros	2.801	18.471
Relações interdependências	574.362	119.520
Recursos em trânsito de terceiros	574.362	119.520
Instrumentos financeiros derivativos	452	684
Instrumentos financeiros derivativos	452	684
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (Nota 19)	1.600.469	1.566.596
Tesouro Nacional	67.756	21.525
BNDES	204.019	196.916
Banco do Brasil	293.529	314.081
Finame	138.035	114.046
Funcafé	584.397	688.568
Outros	312.733	231.460
Obrigações por repasses no Exterior (Nota 19)	664	664
Repasses no exterior	664	664
Outras obrigações	4.057.457	3.299.072
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15.130	15.242
Sociais e estatutárias	408.230	308.348
Fiscais e previdenciárias (Nota 20(a))	359.842	328.225
Negociação e Intermediação de valores	1.752	3.079
Diversas (Nota 20(b))	3.272.503	2.644.178
Não circulante	2.158.714	1.792.121
Exigível a longo prazo	176.182	381.138
Depósitos (Nota 15)	176.182	381.138
Depósitos interfinanceiros	26.016	256.944
Depósitos a prazo	150.166	124.194
Obrigações por operações compromissadas (Nota 16)	21.922	25.797
Carteira própria	21.922	25.797
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Nota 17)	171.094	77.040
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	171.094	77.040
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais (Nota 19)	1.785.011	1.298.092
Tesouro Nacional	10.990	43.051
BNDES	802.028	638.096
Banco do Brasil	38.490	27.971
Finame	566.945	545.730
Funcafé	232.289	43.244
Outros	134.269	-

ANEXO C – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2014/2015 – PASSIVO

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Outras obrigações	2.767	8.564
Fiscais e previdenciárias (Nota 20(a))	218	7.109
Diversas (Nota 20(b))	2.549	1.455
Resultados de exercícios futuros	1.738	1.490
Rendas antecipadas	1.738	1.490
Patrimônio líquido (Nota 22)	14.294.793	12.169.651
Capital social		
Capital	9.527.142	8.124.171
Reserva de capital	58.371	37.338
Reserva de lucros	3.109.301	2.456.890
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumulados	1.599.532	1.550.353
Reserva de reavaliação	1.843	2.539
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(1.370)	(1.640)
Ações em tesouraria	(26)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	60.112.592	50.285.458

ANEXO D – DRE SICOOB 2014/2015

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Demonstração combinada do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas da intermediação financeira	9.563.467	7.203.138
Operações de crédito (Nota 9(e))	7.213.318	5.538.725
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7(c))	2.308.950	1.619.090
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7(c))	2.219	6.117
Resultado das aplicações compulsórias	38.980	39.206
Despesas da intermediação financeira	(4.468.998)	(3.210.818)
Operações de captação no mercado (Nota 15(b))	(3.344.033)	(2.303.292)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 19(b))	(138.730)	(106.704)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9(d))	(986.235)	(800.822)
Resultado bruto da intermediação financeira	5.094.469	3.992.320
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.588.125)	(1.797.571)
Receitas de prestação de serviços (Nota 25(a))	749.399	585.702
Rendas de tarifas bancárias (Nota 25(a))	411.917	337.911
Despesas de pessoal (Nota 25(b))	(1.972.621)	(1.679.647)
Despesas administrativas (Nota 25(c))	(1.863.840)	(1.594.857)
Despesas tributárias	(109.475)	(86.103)
Resultado de participações em controladas e coligadas (Nota 13)	3.753	61.366
Outras receitas operacionais (Nota 25(d))	689.270	981.867
Outras despesas operacionais (Nota 25(e))	(496.528)	(403.810)
Resultado operacional	2.506.344	2.194.750
Resultado não operacional (Nota 25(f))	(41.620)	15.763
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	2.464.724	2.210.512
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(117.130)	(85.752)
Imposto de renda (Nota 11(d))	(71.364)	(52.269)
Contribuição social (Nota 11(d))	(50.934)	(35.516)
Crédito fiscal diferido (Nota 11(d))	5.168	2.033
Participação dos empregados no lucro (Nota 26 (e))	(43.913)	(29.895)
Lucro líquido do exercício	2.303.681	2.094.865

ANEXO E – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2016/2017- ATIVO

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Circulante	54.972.041	41.256.549
Disponibilidades (Nota 5)	660.671	517.805
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	14.166.182	9.435.258
Aplicações no mercado aberto	12.299.315	7.618.008
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.861.084	1.814.042
Aplicações em depósitos de poupança	5.783	3.208
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7(b))	6.101.113	5.659.328
Carteira própria	5.549.241	5.286.595
Vinculados a compromissos de recompra	3.017	262
Vinculados à prestação de garantias	548.855	321.532
Instrumentos financeiros derivativos	-	50.939
Relações interfinanceiras (Nota 8)	4.494.281	2.481.904
Pagamentos e recebimentos a liquidar	3.265.528	1.992.311
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	1.226.830	485.741
Relações com correspondentes	143	145
Outros	1.780	3.707
Relações interdependências	14.334	14.195
Relações interdependências	14.334	14.195
Operações de crédito (Nota 9(a))	25.005.637	19.883.804
Operações de crédito - Setor privado	26.454.435	21.000.494
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9(d))	(1.448.798)	(1.116.690)
Outros créditos	3.584.041	2.545.800
Avais e fianças	69.041	57.693
Rendas a receber	58.813	58.618
Negociação e intermediação de valores	11	8
Diversos (Nota 10(a))	3.552.954	2.506.113
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 10(b))	(96.778)	(76.632)
Outros valores e bens (Nota 12)	945.782	718.455
Outros valores e bens	866.157	652.655
Despesas antecipadas	79.625	65.800
Não circulante	35.441.618	34.559.392
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	60.227	85.991
Aplicações em depósitos interfinanceiros	60.227	85.991
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7(b))	14.954.503	13.664.197
Carteira própria	9.729.573	9.574.527
Vinculados a compromissos de recompra	612.153	163.682
Vinculados ao Banco Central	43.280	-
Vinculados à prestação de garantias	4.569.497	3.925.988
Operações de crédito (Nota 9(a))	17.862.328	18.592.256
Operações de crédito - Setor privado	18.897.251	19.636.411
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9(d))	(1.034.923)	(1.044.155)
Outros créditos	616.461	579.684
Diversos (Nota 10(a))	642.945	597.914
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 10(b))	(26.484)	(18.230)
Investimentos (Nota 13)	442.669	346.017
Participações em coligadas e controladas	132.764	75.748
Outros investimentos de capital	270.626	243.926
Outros investimentos	39.279	26.343
Imobilizado (Nota 14)	1.456.690	1.228.486
Imóveis de uso	783.780	653.277
Outras imobilizações de uso	1.441.147	1.229.778
(-) Depreciações acumuladas	(768.237)	(654.569)
Intangível (Nota 14)	48.740	62.761
Softwares	177.137	173.541
(-) Amortizações acumuladas	(128.397)	(110.780)
Total do ativo	90.413.659	75.815.941

ANEXO F – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2016/2017- PASSIVO

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Passivo	2017	2016
Circulante	68.134.103	56.302.104
Depósitos (Nota 15)	55.170.110	47.674.117
Depósitos à vista	10.353.450	8.060.806
Depósitos de poupança	3.891.630	3.166.741
Depósitos interfinanceiros	3.456.590	3.374.374
Depósitos sob aviso	799.430	843.267
Recibo de depósitos cooperativos	36.631.812	32.205.731
Certificados de depósitos bancários	37.070	23.030
Outros	128	168
Obrigações por operações compromissadas (Nota 16)	444.708	106.979
Carteira própria	8.501	28.109
Carteira de terceiros	436.207	78.870
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Nota 17)	2.165.709	1.107.343
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	2.165.709	1.107.343
Relações interfinanceiras (Nota 18)	2.262.818	1.631.142
Transações de pagamento	2.235.308	1.607.354
Recebimentos e pagamentos a liquidar	25.050	12.179
Relações com correspondentes	2.219	2.392
Outros	241	9.217
Relações interdependências	723.868	727.784
Recursos em trânsito de terceiros	723.867	727.779
Outros	1	5
Instrumentos financeiros derivativos	235	-
Instrumentos financeiros derivativos	235	-
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (Nota 19)	2.495.842	1.727.544
Bacen MCR 6-2 e 6-7	479.438	165.765
Tesouro Nacional	-	23
BNDES	269.995	276.811
Banco do Brasil	107.976	94.561
Finame	153.897	173.953
Funcafé	923.933	621.831
Instituições Financeiras	560.603	394.600
Obrigações por repasses no Exterior (Nota 19)	664	664
Repasses no exterior	664	664
Outras obrigações	4.870.149	3.326.531
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	32.195	21.773
Sociais e estatutárias	778.352	490.393
Fiscais e previdenciárias (Nota 20(a))	363.237	302.585
Negociação e Intermediação de valores	61	3.258
Diversas (Nota 20(b))	3.696.304	2.508.522
Não circulante	3.729.256	3.072.658
Exigível a longo prazo	513.790	343.410
Depósitos (Nota 15)	513.790	343.410
Depósitos interfinanceiros	141.945	59.755
Certificados de depósitos bancários	371.845	283.655
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Nota 17)	490.899	280.791
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio	490.899	280.791
Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais (Nota 19)	2.069.857	1.820.895
Tesouro Nacional	1.009	1.086
BNDES	1.163.150	939.446
Banco do Brasil	43.626	178.859
Finame	533.007	490.285
Funcafé	222.609	114.567
Instituições Financeiras	106.456	96.652
Outras obrigações	653.508	625.571
Fiscais e previdenciárias (Nota 20(a))	41	236
Diversas (Nota 20(b))	653.467	625.335
Resultados de exercícios futuros	1.202	1.991
Rendas antecipadas	1.202	1.991

ANEXO G – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2016/2017- PASSIVO

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

Patrimônio líquido (Nota 22)	<u>18.550.300</u>	<u>16.441.179</u>
Capital social		
Capital	12.158.243	10.991.042
Reserva de capital	54.050	38.977
Reserva de lucros	5.274.546	3.904.786
Sobras ou perdas acumulados	1.059.800	1.509.220
Reserva de reavaliação	901	1.769
Ajuste ao valor de mercado - TVM	2.819	(4.589)
Ações em tesouraria	(59)	(26)
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>90.413.659</u>	<u>75.815.941</u>

ANEXO H – DRE SICOOB 2016/2017

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

Demonstração combinada do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	6.352.296	12.785.541	12.241.058
Operações de crédito (Nota 9(e))	4.782.515	9.386.991	8.834.289
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7(c))	1.549.419	3.359.005	3.358.223
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 7(c))	147	4.605	6.654
Operações de venda ou transferência de ativos	46	90	-
Resultado das aplicações compulsórias	20.169	34.850	41.892
Despesas da intermediação financeira	(2.862.032)	(6.219.329)	(6.506.351)
Operações de captação no mercado (Nota 15(b))	(1.879.167)	(4.244.754)	(4.586.871)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 19(b))	(95.401)	(180.982)	(219.570)
Operações de venda ou transferência de ativos	(3.775)	(3.828)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9(d))	(883.689)	(1.789.765)	(1.699.910)
Resultado bruto da intermediação financeira	3.490.264	6.566.212	5.734.707
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.829.644)	(3.523.667)	(3.087.718)
Receitas de prestação de serviços (Nota 25(a))	800.311	1.392.273	710.987
Rendas de tarifas bancárias (Nota 25(a))	330.364	619.356	502.618
Despesas de pessoal (Nota 25(b))	(1.435.219)	(2.745.444)	(2.360.067)
Despesas administrativas (Nota 25(c))	(1.278.452)	(2.509.267)	(2.138.199)
Despesas tributárias	(117.040)	(210.166)	(141.541)
Resultado de participações em controladas e coligadas (Nota 13)	27.340	39.488	16.967
Outras receitas operacionais (Nota 25(d))	347.478	644.659	753.165
Outras despesas operacionais (Nota 25(e))	(504.426)	(754.566)	(431.648)
Resultado operacional	1.660.620	3.042.545	2.646.989
Resultado não operacional (Nota 25(f))	(8.164)	(12.402)	(4.728)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	1.652.456	3.030.143	2.642.261
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(80.222)	(186.651)	(173.807)
Imposto de renda	(65.325)	(125.874)	(96.972)
Contribuição social	(54.227)	(102.917)	(79.584)
Crédito fiscal diferido	39.330	42.140	2.749
Participação dos empregados no lucro (Nota 26(e))	(36.905)	(61.179)	(49.009)
Lucro líquido do semestre/exercício	1.535.329	2.782.313	2.419.445

ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2018 - ATIVO

Balanço patrimonial combinado

31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		64.234.551	55.523.446
Disponibilidades	5	912.006	660.671
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	17.182.228	14.166.182
Aplicações no mercado aberto		15.644.557	12.299.315
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.532.233	1.861.084
Aplicações em depósitos de poupança		5.438	5.783
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7(b)	6.518.450	6.101.113
Carteira própria		5.786.014	5.549.241
Vinculados a compromissos de recompra		-	3.017
Vinculados à prestação de garantias		732.436	548.855
Relações interfinanceiras	8	4.684.614	4.494.281
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.629.378	3.265.528
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil		1.043.455	1.226.830
Repasse Interfinanceiros/Outros		343	-
Relações com correspondentes		191	143
Outros		11.247	1.780
Relações interdependências		18.718	14.334
Relações interdependências		18.718	14.334
Operações de crédito		28.418.869	25.005.637
Operações de crédito - setor privado	9(b)	30.078.922	26.454.435
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9(e)	(1.660.053)	(1.448.798)
Outros créditos		5.277.991	4.135.446
Avals e fianças		81.651	69.041
Rendas a receber		19.901	58.813
Negociação e intermediação de valores		2	11
Diversos	10(a)	5.349.726	4.130.812
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10(b)	(173.289)	(123.231)
Outros valores e bens	12	1.221.683	945.782
Outros valores e bens		1.064.511	866.157
Despesas antecipadas		157.172	79.625
Não circulante		40.303.818	34.890.213
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	-	60.227
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	60.227
Titulos e valores mobiliários	7(b)	14.461.544	14.954.503
Carteira própria		9.477.952	9.729.573
Vinculados a compromissos de recompra		718.949	612.153
Vinculados ao Banco Central		-	43.280
Vinculados à prestação de garantias		4.264.643	4.569.497
Operações de crédito		23.490.175	17.862.328
Operações de crédito - setor privado	9(b)	24.862.325	18.897.251
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9(e)	(1.372.150)	(1.034.923)
Outros créditos	10(a)	92.974	65.056
Diversos		94.801	65.087
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1.827)	(31)
Investimentos	13	495.598	442.669
Participações em coligadas e controladas		176.190	132.764
Outros investimentos de capital		267.064	270.626
Outros investimentos		52.344	39.279
Imobilizado	14	1.702.565	1.456.690
Imóveis de uso		830.282	783.780
Outras imobilizações de uso		1.773.545	1.441.147
(-) Depreciações acumuladas		(901.262)	(768.237)
Intangível	14	60.961	48.740
Softwares		206.762	177.137
(-) Amortizações acumuladas		(145.801)	(128.397)
Total do ativo		104.538.376	90.413.659

ANEXO J – BALANÇO PATRIMONIAL SICOOB 2018 – PASSIVO

Balanço patrimonial combinado

31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		79.045.419	68.134.103
Depósitos	15	64.226.576	55.170.110
Depósitos à vista		13.591.263	10.353.450
Depósitos de poupança		5.239.256	3.891.630
Depósitos interfinanceiros		2.712.108	3.456.590
Depósitos sob aviso		730.157	799.430
Recibo de depósitos cooperativos		41.893.095	36.631.812
Certificados de depósitos bancários		60.658	37.070
Outros		39	128
Obrigações por operações compromissadas	16	61.772	444.708
Carteira própria		-	8.501
Carteira de terceiros		61.772	436.207
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	17	2.676.383	2.165.709
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio		2.676.383	2.165.709
Relações interfinanceiras	18	2.565.107	2.262.818
Transações de pagamento		2.561.634	2.235.308
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	25.050
Relações com correspondentes		2.438	2.219
Outros		1.035	241
Relações interdependências		676.168	723.868
Recursos em trânsito de terceiros		676.168	723.867
Outros		-	1
Instrumentos financeiros derivativos		-	235
Instrumentos financeiros derivativos		-	235
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	19	1.988.009	2.495.842
Bacen MCR 6-2 e 6-7		-	479.438
BNDES		316.277	269.995
Finame		655.265	153.897
Banco do Brasil		15.265	107.976
Funcafé		402.657	923.933
Outras Instituições Financeiras		598.545	560.603
Obrigações por repasses no Exterior	19	-	664
Repasses no exterior		-	664
Outras obrigações		6.851.404	4.870.149
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		34.224	32.195
Sociais e estatutárias		840.538	778.352
Fiscais e previdenciárias	20(a)	383.664	363.237
Negociação e Intermediação de valores		50	61
Diversas	20(b)	5.592.928	3.696.304
Não circulante		4.167.736	3.729.256
Exigível a longo prazo			
Depósitos	15	756.439	513.790
Depósitos interfinanceiros		264.452	141.945
Certificados de depósitos bancários		491.987	371.845
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	17	1.177.742	490.899
Obrigação por emissão de letras de crédito agronegócio		1.177.742	490.899
Obrigações por repasses do País - Inst. Oficiais	19	2.218.827	2.069.857
BNDES		1.367.876	1.163.150
Finame		712.356	533.007
Banco do Brasil		30.846	43.626
Funcafé		98.209	222.609
Outras Instituições Financeiras		9.540	107.465
Outras obrigações		13.728	653.508
Fiscais e previdenciárias	20(a)	529	41
Diversas	20(b)	13.199	653.467
Resultados de exercícios futuros		1.000	1.202
Rendas antecipadas		1.000	1.202
Patrimônio líquido	22	21.325.221	18.550.300
Capital social		13.439.861	12.158.243
Reserva de capital		67.071	54.050
Reserva de lucros		6.485.628	5.274.546
Lucros ou prejuízos/Sobras ou perdas acumuladas		1.330.429	1.059.800
Reserva de reavaliação		873	901
Ajuste ao valor de mercado - TVM		1.359	2.819
Ações em tesouraria		-	(59)
Total do passivo e do patrimônio líquido		104.538.376	90.413.659

ANEXO K – DRE SICOOB 2018

Demonstração combinada do resultado

31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º Semestre 2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		6.553.345	12.548.515	12.785.541
Operações de crédito	9 (e)	5.254.787	10.093.676	9.386.991
Resultado com títulos e valores mobiliários	7 (c)	1.263.100	2.398.669	3.359.005
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7 (c)	(705)	(1.269)	4.605
Resultado das aplicações compulsórias		28.099	49.211	34.850
Operações de venda ou transferência de ativos		8.064	8.228	90
Despesas da intermediação financeira		(2.891.771)	(5.323.666)	(6.219.329)
Operações de captação no mercado	15 (b)	(1.628.881)	(3.151.659)	(4.244.754)
Operações de empréstimos e repasses	19 (b)	(106.391)	(181.869)	(180.982)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9 (d)	(1.155.962)	(1.989.595)	(1.789.765)
Operações de venda ou de transferência de ativos		(537)	(543)	(3.828)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.661.574	7.224.849	6.566.212
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.008.813)	(3.760.708)	(3.523.667)
Receitas de prestação de serviços	25 (a)	842.645	1.566.298	1.392.273
Rendas de tarifas bancárias	25 (a)	404.690	763.138	619.356
Despesas de pessoal	25 (b)	(1.648.946)	(3.131.878)	(2.745.444)
Despesas administrativas	25 (c)	(1.361.267)	(2.551.452)	(2.509.267)
Despesas tributárias	25 (d)	(111.032)	(230.607)	(210.166)
Resultado de participações em controladas e coligadas	13	27.524	51.278	39.488
Outras receitas operacionais	25 (d)	476.095	862.514	644.659
Outras despesas operacionais	25 (e)	(638.522)	(1.089.999)	(754.566)
Resultado operacional		1.652.761	3.464.141	3.042.545
Resultado não operacional	25 (f)	(38.945)	(41.003)	(12.402)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		1.613.816	3.423.138	3.030.143
Imposto de renda e contribuição social		(103.451)	(244.855)	(186.651)
Imposto de renda		(67.090)	(151.065)	(125.874)
Contribuição social		(56.429)	(122.329)	(102.917)
Crédito fiscal diferido		20.068	28.539	42.140
Participação dos empregados no lucro	26 (e)	(53.052)	(92.138)	(61.179)
Lucro líquido do semestre/exercício		1.457.313	3.086.145	2.782.313

ANEXO L – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – ATIVO

Balanços patrimoniais combinados

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	NOTA	2015	2014
ATIVO			
Circulante		39.249.975	33.997.239
Disponibilidades		538.690	479.859
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.453.086	10.929.447
Aplicações no mercado aberto		11.037.669	10.394.103
Aplicações em depósitos interfinanceiros		397.314	521.870
Aplicações em depósitos de poupança		15	48
Aplicações em moedas estrangeiras		18.088	13.426
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	6.950.631	3.947.621
Carteira própria		5.548.276	2.481.436
Vinculados a operações compromissadas		791.065	177.213
Vinculados a prestação de garantias		546.197	1.076.283
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	65.093	212.689
Relações interfinanceiras		652.703	685.928
Pagamentos e recebimentos a liquidar		6.623	1.705
Créditos vinculados		613.838	652.843
Depósitos no Banco Central		613.838	652.843
Correspondentes		32.242	31.380
Operações de crédito	7	18.400.282	17.047.312
Setor privado		19.647.137	18.013.372
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(1.246.855)	(966.060)
Outros créditos		1.098.122	830.468
Carteira de câmbio		90.162	70.984
Rendas a receber		127.405	126.267
Créditos específicos		13.232	11.562
Negociação e intermediação de valores		4.458	1.863
Títulos e créditos a receber	7	638.932	465.355
Devedores por compra de valores e bens	7	10.842	10.007
Diversos	8	243.346	178.932
Avais e fianças honrados	7	9.859	212
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7e	(40.114)	(34.714)
Outros valores e bens	9	156.461	76.604
Não circulante		13.256.995	12.071.154
Realizável a longo prazo		12.126.484	11.186.741
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	2.313.087	1.677.508
Carteira própria		752.436	72.433
Vinculados a operações compromissadas		562.370	299.547
Vinculados a prestação de garantias		997.670	1.304.794
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	611	734
Operações de crédito	7	9.643.420	9.345.757

ANEXO M – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – ATIVO

	NOTA	2015	2014
ATIVO			
Setor privado		10.238.024	9.767.302
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(594.604)	(421.545)
Outros créditos		169.977	163.476
Rendas a receber		4.489	-
Títulos e créditos a receber	7	65	55
Devedores por compra de valores e bens	7	20.263	17.251
Diversos	8	147.338	149.181
Avais e fianças honrados	7	347	657
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7e	(2.525)	(3.668)
Permanente		1.130.511	884.413
Investimentos		141.577	129.246
Participação em controladas no país	10	134.584	115.613
Outros investimentos	11	6.993	13.633
Imobilizado de uso	12	720.642	569.824
Imobilizações em curso		127.560	72.707
Imóveis de uso		220.197	187.519
Outras imobilizações de uso		780.511	659.790
Depreciação acumulada		(407.626)	(350.192)
Intangível	12	268.292	185.343
Aquisição e desenvolvimento de software		446.453	324.362
Amortização acumulada		(178.161)	(139.019)
Total do ativo		52.506.970	46.068.393

ANEXO N – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – PASSIVO

Balanços patrimoniais combinados

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	NOTA	2015	2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		19.799.579	19.624.238
Depósitos	13	14.184.168	14.355.055
Depósitos à vista		4.608.505	4.301.443
Depósitos de poupança		5.139.865	4.475.574
Depósitos interfinanceiros		2.829.378	4.106.206
Depósitos a prazo		1.606.420	1.471.832
Captações no mercado aberto	13	1.514.623	1.891.756
Carteira própria		52.917	145.299
Carteira de terceiros		1.461.706	1.746.457
Recursos de aceites e emissão de títulos		183.022	140.352
Recursos de letras de crédito do agronegócio		183.022	140.352
Relações interfinanceiras		302	908
Recebimentos e pagamentos a liquidar		302	908
Relações interdependências		120.766	95.722
Recursos em trânsito de terceiros		119.102	94.617
Transferência interna de recursos		1.664	1.105
Obrigações por empréstimos	14	708.181	497.745
Empréstimos no País		156.005	194.235
Empréstimos no exterior		552.176	303.510
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	1.009.460	860.953
Tesouro Nacional		150	1.389
Banco do Brasil		19.963	16.803
BNDES		573.378	448.145
FINAME		415.969	394.616
Instrumentos financeiros derivativos		437	599
Instrumentos financeiros derivativos		437	599
Outras obrigações		2.078.620	1.781.148
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.334	4.203
Carteira de câmbio	15.a	24.446	17.864
Sociais e estatutárias		187.811	153.501
Fiscais e previdenciárias		123.005	130.445
Negociação e intermediação de valores		10.549	5.329
Dívida subordinada	15.b	10.404	8.347
Diversas	15.c	1.717.071	1.461.459
Não circulante		24.331.495	19.516.127
Exigível a longo prazo		24.331.495	19.516.127
Depósitos	13	18.432.437	14.720.197
Depósitos a prazo		18.432.437	14.720.197
Captações no mercado aberto	13	623.319	327.171

ANEXO O – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2014/2015 – PASSIVO

	NOTA	2015	2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Carteira própria		623.319	327.171
Recursos de aceites e emissão de títulos		210.941	-
Obrigações por emissão de letras financeiras		210.941	-
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	4.884.504	4.302.761
Tesouro Nacional		-	154
Banco do Brasil		84.484	75.403
BNDES		2.996.388	2.335.404
FINAME		1.803.632	1.891.800
Instrumentos financeiros derivativos		94	-
Instrumentos financeiros derivativos		94	-
Outras obrigações		180.200	165.998
Fiscais e previdenciárias		323	36
Dívida subordinada	15.b	99.675	99.375
Diversas	15.c	80.202	66.587
Participação de acionistas não controladores		299.784	255.241
Participação de acionistas não controladores	17	299.784	255.241
Patrimônio líquido	18	8.076.112	6.672.787
Capital social	18.a	4.108.683	3.502.191
Reservas de lucros		3.712.135	2.884.652
Ajustes de avaliação patrimonial		(539)	(877)
Lucros acumulados		255.833	286.821
Total do passivo e do patrimônio líquido		52.506.970	46.068.393

ANEXO P – DRE SICRED 2014/2015

Demonstrações combinadas dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	NOTA	2015 2º SEMESTRE	2015 EXERCÍCIO	2014 EXERCÍCIO
Receitas da intermediação financeira		4.703.931	8.655.184	6.579.141
Operações de crédito		3.188.735	6.035.956	4.868.086
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6c	15.165	30.961	23.524
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.456.982	2.506.886	1.624.581
Resultado de operações de câmbio		19.993	36.530	14.736
Resultado de aplicações compulsórias		23.056	44.851	48.214
Despesas da intermediação financeira		(2.615.222)	(4.591.172)	(3.101.836)
Operações de captação no mercado		(1.685.795)	(2.999.724)	(2.101.792)
Operações de empréstimos e repasses		(198.596)	(328.603)	(138.565)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(730.831)	(1.262.845)	(861.479)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.088.709	4.064.012	3.477.305
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.236.154)	(2.284.615)	(1.912.813)
Receitas de prestação de serviços	22	592.929	1.115.992	991.694
Despesas de pessoal		(835.768)	(1.531.741)	(1.308.005)
Outras despesas administrativas	23	(717.372)	(1.332.657)	(1.126.286)
Despesas tributárias		(33.006)	(60.599)	(52.956)
Resultado de participações em controladas	10	9.330	15.972	12.964
Outras receitas operacionais	24	185.368	302.921	146.751
Outras despesas operacionais	25	(437.635)	(794.503)	(576.975)
Resultado operacional		852.555	1.779.397	1.564.492
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		852.555	1.779.397	1.564.492
Imposto de renda e contribuição social	19a	9.878	(91.195)	(74.504)
Imposto de renda		5.144	(54.061)	(45.453)
Contribuição social		(314)	(36.386)	(28.780)
Créditos fiscais diferidos líquidos		5.048	(748)	(271)
Participações nos lucros		(101.057)	(199.108)	(177.360)
Participação dos acionistas não controladores		(26.879)	(51.107)	(47.787)
Lucro líquido do semestre/exercício		734.497	1.437.987	1.264.841

ANEXO Q – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2016/2017 – ATIVO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi

Balanços patrimoniais combinados
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante		59.164.319	50.647.474
Disponibilidades		812.722	622.658
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	13.875.888	14.075.009
Aplicações no mercado aberto		13.172.487	12.726.245
Aplicações em depósitos interfinanceiros		684.320	1.308.341
Aplicações em depósitos de poupança		-	15
Aplicações em moedas estrangeiras		19.081	40.408
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	15.020.302	11.920.239
Carteira própria		13.347.310	8.059.475
Vinculados a operações compromissadas		716.521	3.617.112
Vinculados a prestação de garantias		955.988	236.375
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	483	7.277
Relações interfinanceiras		1.947.111	869.253
Pagamentos e recebimentos a liquidar		4.771	3.438
Créditos vinculados		1.861.869	836.975
Depósitos no Banco Central		1.861.869	836.975
Correspondentes		21.872	28.840
Transações de pagamento		58.599	-
Relações interdependências		789	-
Recursos em trânsito de terceiros		789	-
Operações de crédito	7	25.325.946	21.492.796
Setor privado		26.806.503	22.989.296
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(1.480.557)	(1.496.500)
Outros créditos		1.795.821	1.379.483
Carteira de câmbio		110.992	79.376
Rendas a receber		80.387	85.239
Créditos específicos		14.953	13.595
Negociação e intermediação de valores		885	65
Títulos e créditos a receber	7	1.223.457	883.064
Devedores por compra de valores e bens	7	23.472	14.877
Diversos	8	379.275	333.701
Avais e fianças honrados	7	28.274	18.589
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.e	(65.874)	(49.023)
Outros valores e bens	9	385.740	288.036
Não circulante		18.145.118	15.237.368
Realizável a longo prazo		16.474.099	13.797.864
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	1.355.528	2.061.241
Carteira própria		379.102	-
Vinculados a operações compromissadas		625.258	817.397
Vinculados a prestação de garantias		351.168	1.243.328
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	-	516
Operações de crédito	7	14.893.790	11.529.141
Setor privado		15.684.002	12.257.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(790.212)	(728.741)
Outros créditos		224.781	207.482
Rendas a receber		2.245	3.367
Títulos e créditos a receber	7	131	82
Devedores por compra de valores e bens	7	50.717	22.518
Diversos	8	177.609	183.332
Avais e fianças honrados	7	189	152
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.e	(6.110)	(1.969)
Permanente		1.671.019	1.439.504
Investimentos		180.052	163.317
Participação em controladas no país	10	173.916	156.930
Outros investimentos	11	6.136	6.387
Imobilizado de uso	12	1.148.984	960.708
Imobilizações em curso		92.247	195.307
Imóveis de uso		474.626	306.017
Outras imobilizações de uso		1.194.551	978.840
Depreciação acumulada		(612.440)	(519.456)
Intangível	12	341.983	315.479
Aquisição e desenvolvimento de software		650.971	549.740
Aquisição de folha de pagamento		9.628	4.283
Amortização acumulada		(318.616)	(238.544)
Total do ativo		77.309.437	65.884.842

ANEXO R – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2016/2017 – PASSIVO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



	Nota	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		29.216.458	23.238.002
Depósitos	13	22.754.544	17.872.257
Depósitos à vista		7.161.273	5.779.634
Depósitos de poupança		9.586.173	6.876.587
Depósitos interfinanceiros		3.794.191	3.345.108
Depósitos a prazo		2.212.907	1.870.928
Captações no mercado aberto	13	693.968	493.375
Carteira própria		62.341	620
Carteira de terceiros		631.627	492.755
Recursos de aceites e emissão de títulos		419.423	499.776
Recursos de letras de crédito do agronegócio		414.865	256.723
Obrigações por emissão de letras financeiras		4.558	243.053
Relações interfinanceiras		1.202.693	870
Recebimentos e pagamentos a liquidar		16.307	870
Transações de pagamento		1.186.386	-
Relações interdependências		180.561	147.868
Recursos em trânsito de terceiros		180.561	147.577
Transferência interna de recursos		-	291
Obrigações por empréstimos	14	449.261	280.075
Empréstimos no País		98.075	13.348
Empréstimos no exterior		351.186	266.727
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	1.478.514	1.185.348
Tesouro Nacional		1.955	-
Banco do Brasil		50.753	30.069
BNDES		970.531	788.530
FINAME		455.275	366.749
Instrumentos financeiros derivativos		61	-
Instrumentos financeiros derivativos		61	-
Outras obrigações		2.037.433	2.758.433
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		16.041	7.600
Carteira de câmbio	15.a	36.421	37.132
Sociais e estatutárias		409.410	372.571
Fiscais e previdenciárias		120.831	149.113
Negociação e intermediação de valores		828	264
Dívida subordinada	15.b	6.217	10.230
Diversas	15.c	1.447.685	2.181.523
Não circulante		35.008.824	31.530.482
Exigível a longo prazo		35.008.824	31.530.482
Depósitos	13	27.612.428	25.001.231
Depósitos interfinanceiros		162.930	345.606
Depósitos a prazo		27.449.498	24.655.625
Captações no mercado aberto	13	841.770	765.644
Carteira própria		841.770	765.644
Recursos de aceites e emissão de títulos		5.791	4.137
Recursos de letras de crédito do agronegócio		5.791	-
Obrigações por emissão de letras financeiras		-	4.137
Obrigações por empréstimos	14	140.083	173.800
Empréstimos no País		1.043	-
Empréstimos no exterior		139.040	173.800
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	6.084.595	5.320.578
Banco do Brasil		248.447	156.438
BNDES		4.295.162	3.482.888
FINAME		1.540.986	1.681.252
Outras obrigações		324.157	265.092
Fiscais e previdenciárias		311	28
Dívida subordinada	15.b	119.175	99.675
Diversas	15.c	204.671	165.389
Participação de acionistas não controladores		328.260	327.044
Participação de acionistas não controladores	17	328.260	327.044
Patrimônio líquido	18	12.755.895	10.789.314
Capital social	18.a	6.243.183	5.656.234
Reservas de lucros		5.855.072	4.662.343
Ajustes de avaliação patrimonial		(378)	(1.079)
Lucros acumulados		658.018	471.816
Total do passivo e do patrimônio líquido		77.309.437	65.884.842

ANEXO S – DRE SICRED 2016/2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi

Demonstrações combinadas dos resultados
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017
e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017 2º Semestre	2017 Exercício	2016 Exercício (Reapresentado)
Receitas da intermediação financeira		5.311.131	10.840.262	10.703.012
Operações de crédito		3.926.966	7.741.210	7.120.631
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.529	5.607	11.664
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.327.063	2.998.949	3.515.355
Resultado de operações de câmbio		7.862	14.689	-
Resultado de aplicações compulsórias		46.711	79.807	55.362
Despesas da intermediação financeira		(2.252.851)	(4.695.790)	(5.349.602)
Operações de captação no mercado		(1.562.968)	(3.464.758)	(3.963.531)
Operações de empréstimos e repasses		(126.431)	(232.946)	(52.087)
Resultado de operações de câmbio		-	-	(462)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(563.452)	(998.086)	(1.333.522)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.058.280	6.144.472	5.353.410
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.784.093)	(3.399.638)	(3.031.359)
Receitas de prestação de serviços	22	832.248	1.564.264	1.293.285
Despesas de pessoal		(1.112.606)	(2.142.820)	(1.906.567)
Outras despesas administrativas	23	(999.121)	(1.916.350)	(1.652.754)
Despesas tributárias		(47.255)	(89.556)	(71.439)
Resultado de participações em controladas	10	6.113	16.986	19.346
Outras receitas operacionais	24	221.996	424.480	508.668
Outras despesas operacionais	25	(685.468)	(1.256.642)	(1.221.898)
Resultado operacional		1.274.187	2.744.834	2.322.051
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.274.187	2.744.834	2.322.051
Imposto de renda e contribuição social	19.a	17.330	(69.446)	(85.822)
Imposto de renda		7.318	(39.020)	(51.028)
Contribuição social		2.802	(31.035)	(41.228)
Créditos fiscais diferidos líquidos		7.210	609	6.434
Participações nos lucros		(139.337)	(261.785)	(216.576)
Participação dos acionistas não controladores		(33.058)	(67.387)	(62.698)
Lucro líquido do semestre/exercício		1.119.122	2.346.216	1.956.955

ANEXO T – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2018 – ATIVO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi

Balanços patrimoniais combinados

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante		69.534.136	59.164.319
Disponibilidades		844.155	812.722
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	13.797.204	13.875.888
Aplicações no mercado aberto		13.346.361	13.172.487
Aplicações em depósitos interfinanceiros		436.022	684.320
Aplicações em depósitos de poupança		58	-
Aplicações em moedas estrangeiras		14.763	19.081
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	18.716.774	15.020.302
Carteira própria		17.446.234	13.347.310
Vinculados a operações compromissadas		822.756	716.521
Vinculados a prestação de garantias		447.535	955.988
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	249	483
Relações interfinanceiras		3.196.215	1.947.111
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.985	4.771
Créditos vinculados		2.657.330	1.861.869
Depósitos no Banco Central		2.657.330	1.861.869
Correspondentes		21.397	21.872
Transações de pagamento		515.503	58.599
Relações interdependências		-	789
Recursos em trânsito de terceiros		-	789
Operações de crédito	7	29.858.725	25.325.946
Setor privado		31.333.436	26.806.503
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(1.474.711)	(1.480.557)
Outros créditos		2.686.926	1.795.821
Carteira de câmbio		132.280	110.992
Rendas a receber		98.367	80.387
Créditos específicos		15.910	14.953
Negociação e intermediação de valores		115	885
Títulos e créditos a receber	7	1.809.129	1.223.457
Devedores por compra de valores e bens	7	31.851	23.472
Diversos	8	644.165	379.275
Avais e fianças honrados	7	23.061	28.274
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.e	(67.952)	(65.874)
Outros valores e bens	9	434.137	385.740
Não circulante		25.538.697	18.145.118
Realizável a longo prazo		23.479.512	16.474.099
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	1.665.268	1.355.528
Carteira própria		-	379.102
Vinculados a operações compromissadas		840.556	625.258
Vinculados a prestação de garantias		824.712	351.168
Operações de crédito	7	21.682.479	14.893.790
Setor privado		22.692.084	15.684.002
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(1.009.605)	(790.212)
Outros créditos		131.765	224.781
Rendas a receber		1.122	2.245
Títulos e créditos a receber	7	294	131
Devedores por compra de valores e bens	7	69.790	50.717
Diversos	8	66.693	177.609
Avais e fianças honrados	7	218	189
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.e	(6.352)	(6.110)
Permanente		2.059.185	1.671.019
Investimentos		199.089	180.052
Participação em controladas no país	10	192.836	173.916
Outros investimentos	11	6.253	6.136
Imobilizado de uso	12	1.416.317	1.148.984
Imobilizações em curso		169.585	92.247
Imóveis de uso		526.049	474.626
Outras imobilizações de uso		1.443.281	1.194.551
Depreciação acumulada		(722.598)	(612.440)
Intangível	12	443.779	341.983
Aquisição e desenvolvimento de software		830.477	650.971
Aquisição de folha de pagamento		19.754	9.628
Amortização acumulada		(406.452)	(318.616)
Total do ativo		95.072.833	77.309.437

ANEXO U – BALANÇO PATRIMONIAL SICRED 2018 – PASSIVO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



	Nota	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		39.108.701	29.216.458
Depósitos	13	28.425.816	22.754.544
Depósitos à vista		9.366.402	7.161.273
Depósitos de poupança		13.298.218	9.586.173
Depósitos interfinanceiros		3.267.951	3.794.191
Depósitos a prazo		2.493.245	2.212.907
Captações no mercado aberto	13	2.979.617	693.968
Carteira própria		101.057	62.341
Carteira de terceiros		533.558	631.627
Carteira livre movimentação		2.345.002	-
Recursos de aceites e emissão de títulos		589.837	419.423
Recursos de letras de crédito do agronegócio		589.837	414.865
Obrigações por emissão de letras financeiras		-	4.558
Relações interfinanceiras		1.765.288	1.202.693
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.624	16.307
Repasses interfinanceiros		344	-
Transações de pagamento		1.763.320	1.186.386
Relações interdependências		198.942	180.561
Recursos em trânsito de terceiros		198.197	180.561
Transferência interna de recursos		745	-
Obrigações por empréstimos	14	591.741	449.261
Empréstimos no País - Instituições oficiais		258	52
Empréstimos no País		210.707	98.023
Empréstimos no exterior		380.776	351.186
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	1.802.447	1.478.514
Tesouro Nacional		-	1.955
Banco do Brasil		63.384	50.753
BNDES		1.230.107	970.531
FINAME		508.956	455.275
Instrumentos financeiros derivativos		220	61
Instrumentos financeiros derivativos		220	61
Outras obrigações		2.754.793	2.037.433
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		19.541	16.041
Carteira de câmbio	15.a	29.283	36.421
Sociais e estatutárias		461.024	409.410
Fiscais e previdenciárias		141.471	120.831
Negociação e intermediação de valores		184	828
Dívida subordinada	15.b	27.921	6.217
Diversas	15.c	2.075.369	1.447.685
Não circulante		40.673.243	35.008.824
Exigível a longo prazo		40.673.243	35.008.824
Depósitos	13	32.060.594	27.612.428
Depósitos interfinanceiros		-	162.930
Depósitos a prazo		32.060.594	27.449.498
Captações no mercado aberto	13	889.561	841.770
Carteira própria		889.561	841.770
Recursos de aceites e emissão de títulos		550	5.791
Recursos de letras de crédito do agronegócio		550	5.791
Obrigações por empréstimos	14	79.782	140.083
Empréstimos no País - Instituições oficiais		3.856	1.043
Empréstimos no exterior		75.926	139.040
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	7.336.111	6.084.595
Banco do Brasil		235.445	248.447
BNDES		5.439.901	4.295.162
FINAME		1.660.765	1.540.986
Outras obrigações		306.645	324.157
Fiscais e previdenciárias		1.304	311
Dívida subordinada	15.b	99.683	119.175
Diversas	15.c	205.658	204.671
Participação de acionistas não controladores		329.538	328.260
Participação de acionistas não controladores	17	329.538	328.260
Patrimônio líquido	18	14.961.351	12.755.895
Capital social	18.a	6.810.662	6.243.183
Reservas de lucros		7.342.761	5.855.072
Ajustes de avaliação patrimonial		(150)	(378)
Lucros acumulados		808.078	658.018
Total do passivo e do patrimônio líquido		95.072.833	77.309.437

ANEXO V – DRE SICRED 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS



Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi

Demonstrações combinadas dos resultados
Semestre findo em 31 de dezembro de 2018
e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018 2º Semestre	2018 Exercício	2017 Exercício
Receitas da intermediação financeira		5.820.743	11.084.435	10.840.262
Operações de crédito		4.591.359	8.719.306	7.741.210
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.c	3.178	5.012	5.607
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.157.840	2.222.158	2.998.949
Resultado de operações de câmbio		11.025	32.044	14.689
Resultado de aplicações compulsórias		57.341	105.915	79.807
Despesas da intermediação financeira		(2.171.956)	(4.166.468)	(4.695.790)
Operações de captação no mercado		(1.439.911)	(2.778.619)	(3.464.758)
Operações de empréstimos e repasses		(156.302)	(362.201)	(232.946)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	(575.743)	(1.025.648)	(998.086)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.648.787	6.917.967	6.144.472
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.066.575)	(3.734.337)	(3.399.638)
Receitas de prestação de serviços	22	1.025.753	1.935.665	1.564.264
Despesas de pessoal		(1.281.412)	(2.421.895)	(2.142.820)
Outras despesas administrativas	23	(1.159.931)	(2.206.068)	(1.916.350)
Despesas tributárias		(60.483)	(112.336)	(89.556)
Resultado de participações em controladas	10	3.548	15.921	16.986
Outras receitas operacionais	24	327.679	658.055	424.480
Outras despesas operacionais	25	(921.729)	(1.603.679)	(1.256.642)
Resultado operacional		1.582.212	3.183.630	2.744.834
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.582.212	3.183.630	2.744.834
Imposto de renda e contribuição social	19.a	(15.848)	(80.176)	(69.446)
Imposto de renda		(11.408)	(43.502)	(39.020)
Contribuição social		(10.816)	(35.750)	(31.035)
Créditos fiscais diferidos líquidos		6.376	(924)	609
Participações nos lucros		(178.318)	(319.483)	(261.785)
Participação dos acionistas não controladores		(33.507)	(67.094)	(67.387)
Lucro líquido do semestre/exercício		1.354.539	2.716.877	2.346.216